



## **Levantamento conceitual e analítico da pobreza rural em suas múltiplas dimensões**

Belo Horizonte  
Agosto de 2017

## GOVERNADOR

Fernando Damata Pimentel

## SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Helvécio Miranda Magalhães Júnior

## FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Presidente

Roberto do Nascimento Rodrigues

Diretoria de Cultura, Turismo e Economia Criativa

Bernardo da Mata Machado

Diretoria de Estatística e Informações

Júnia Santa Rosa

Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças

Josiane Vidal Vimieiro

Diretoria de Políticas Públicas

Ana Paula Salej Gomes

Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho

Letícia Godinho de Souza

Assessoria de Comunicação Social

Olívia Bittencourt

## SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (Sedese)

Secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Rosilene Cristina Rocha

Secretária de Estado Adjunta

Karla França

LEVANTAMENTO CONCEITUAL E ANALÍTICO DA POBREZA RURAL  
EM SUAS MÚLTIPLAS DIMENSÕES

Contrato FJP-PROC-101/2016. Contrato de Prestação de Serviços n. 9074996/2016, celebrado entre Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (Sedese) e a Fundação João Pinheiro, para realização de diagnóstico acerca da população rural em situação de vulnerabilidade social e das políticas, programas, projetos e ações voltados ao combate à pobreza rural.

F981I Fundação João Pinheiro.

Levantamento conceitual e analítico da pobreza rural em suas múltiplas dimensões. Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 2017.

66 p. : il.

Inclui bibliografia: 60-66

1. Pobreza rural – Minas Gerais. 2. Demografia – Minas Gerais. 3. Programa social – Minas Gerais. 4. Políticas públicas – Minas Gerais. I. Título.

339.12 (815.1)

LEVANTAMENTO CONCEITUAL E ANALÍTICO DA POBREZA RURAL  
EM SUAS MÚLTIPLAS DIMENSÕES

Belo Horizonte  
Agosto 2017

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Alameda das Acácias, 70

São Luiz

Belo Horizonte – MG

CEP 31275.150

Telefones: (31)3448.9580 e 3448-9561

Email: [comunicaçao@fjp.mg.gov.br](mailto:comunicaçao@fjp.mg.gov.br)

Site: <http://www.fjp.mg.gov.br>

## EQUIPE TÉCNICA

### COORDENAÇÃO

Roberto do Nascimento Rodrigues

### COLABORAÇÃO

Alane Barbosa	(FJP)
Andréia Ramos Budaruiche	(FJP)
Carolina Portugal Gonçalves da Motta	(FJP)
Karina Rabelo Leite Marinho	(FJP)
Murilo Cássio Xavier Fahel	(FJP)
Maria José Nogueira	(FJP)

Douglas Sathler

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

### ESTAGIÁRIO

Emerson Dutra

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIÇÕES

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
APP	Áreas de Preservação Permanente
BPC	Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social
Cad Único	Cadastro Único para Programas Sociais
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CDRU	Cessão de Direito Real de Uso
Cemig	Companhia Energética de Minas Gerais
CNDI	Conselho Nacional de Direitos do Idoso
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CRAS	Centros de Referência da Assistência Social
CREAS	Centros de Referência Especializados de Assistência Social
EFAs	Escolas estaduais famílias agrícolas
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FJP	Fundação João Pinheiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSA	Instituto Nacional do Semiárido
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
NEPE	Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Envelhecimento
ONG	Organizações não governamentais
P1MC	Programa 1 Milhão de Cisternas
PAIF	Programa de Atenção Integral à Família
PIB	Produto Interno Bruto
Plansab	Plano Nacional de Saneamento Básico
PNAS	Política de Assistência Social
PNDPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PNI	Política Nacional do Idoso
PNSR	Plano Nacional de Saneamento Rural
PPP	Políticas, planos e programas
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Pronera	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PSF	Programa Saúde da Família
SAFs	Sistemas agroflorestais
SAN	Segurança alimentar e nutricional
SANS	Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável
Sedese-MG	Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social de Minas Gerais



SOTER-PA	Sistema de Organização Territorial da Reforma Agrária e Planejamento Ambiental
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UCs	Unidades de Conservação
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>2 ABORDAGENS TEÓRICAS</b> .....	11
2.1 A dinâmica da pobreza: uma análise temporal .....	11
2.2 A vulnerabilidade à pobreza .....	12
2.3 Abordagem das capacitações .....	13
<b>3 INCLUSÃO PRODUTIVA</b> .....	15
<b>3.1 Segurança alimentar e nutricional: uma questão humanitária</b> .....	15
3.1.1 Conceito de segurança alimentar e nutricional .....	15
3.1.2 Análise da segurança alimentar e nutricional .....	16
3.1.3 Políticas públicas, pobreza rural e segurança alimentar e nutricional .....	19
3.1.4 Estratégias para implementação de uma nova agenda de políticas públicas de combate à insegurança alimentar e nutricional .....	21
<b>3.2 Diversificação econômica, desenvolvimento local e modelo de produção agrícola no campo</b> .....	22
<b>4 INFRAESTRUTURA</b> .....	26
4.1 Degradação ambiental .....	26
4.2 Convivência com a seca .....	28
4.3 Disponibilidade Energética .....	31
4.4 Saneamento rural .....	33
<b>5 ACESSO À TERRA</b> .....	36
5.1 Titulação de terras e identificação de terras públicas .....	36
<b>6 ACESSO A SERVIÇOS</b> .....	40
6.1 Envelhecimento populacional .....	40
6.2 Assistência Social .....	44
6.3 Baixa permanência da juventude no campo .....	46
6.3.1 Conceito e delimitação .....	47
6.3.2 Êxodo rural e sucessão .....	48
6.4 Populações invisíveis .....	55
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	56
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	60

## 1 INTRODUÇÃO

O presente documento contém uma síntese das principais discussões envolvendo questões conceituais e práticas relativas ao tema pobreza rural e, também, às políticas públicas e estratégias de enfrentamento da pobreza. Trata-se da segunda etapa do projeto intitulado “Situação da Pobreza Rural nos Municípios dos Territórios do Norte, Mucuri, Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha e do Vale do Rio Doce do Estado de Minas Gerais”, contratado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais (Sedese-MG) e executado pela Fundação João Pinheiro (FJP-MG).

A revisão bibliográfica e metodológica foi realizada com base numa ampla consulta a diversas fontes, a exemplo de artigos acadêmicos, teses, dissertações, estudos realizados por universidades e centros de pesquisa, relatórios de organizações não governamentais (ONGs), além de eventuais avaliações de processo e impacto de ações de combate à pobreza. Os enfoques conceituais que norteiam este trabalho foram delimitados a partir dos resultados do “Diagnóstico Multidimensional da Pobreza Rural”, que constituiu a primeira parte do projeto em referência. O diagnóstico procurou identificar, descrever e analisar as principais características da população alvo de políticas públicas de combate à pobreza rural nos 229 municípios dos territórios de desenvolvimento estudados. O conceito de pobreza adotado não se ateve exclusivamente ao *déficit* de rendimentos, mas incorporou um leque mais amplo de variáveis demográficas e socioeconômicas, incluindo indicadores de educação, saúde, habitação, segurança alimentar e assistência social. Os exercícios exploratórios do diagnóstico trouxeram relevantes contribuições que subsidiaram a escolha dos principais eixos de investigação deste relatório.

De modo geral, as discussões no âmbito da academia e dos planejadores e gestores de políticas públicas em torno da pobreza de populações e, mais especificamente, da pobreza rural, têm englobado uma multiplicidade de temáticas, estratégias metodológicas e de abordagens teóricas. Diante disso, neste trabalho o tratamento multidimensional desta discussão conceitual foi organizado em quatro eixos temáticos:

- 1º segurança alimentar e nutricional (e seus aspectos de interface);
- 2º infraestrutura (saneamento rural, disponibilidade energética, convivência com a seca e degradação ambiental);

- 3º acesso à terra (titulação de terras e identificação de terras públicas, estruturação dos assentamentos e das áreas regularizadas de povos e comunidades tradicionais) e
- 4º acesso a serviços (envelhecimento populacional, assistência social, baixa permanência da juventude no campo, êxodo rural e sucessão).

A FJP preparou, também, um banco de metadados com a catalogação das principais referências bibliográficas utilizadas neste trabalho. Trata-se de uma planilha dinâmica (formato .xls) que permite uma rápida consulta de todo o material, organizado em conformidade com os eixos e sub-eixos previamente definidos, assim como por um conjunto de palavras-chave. Este banco de metadados também contém uma relação de *links* que permite o acesso direto ao texto pesquisado. O produto é de grande importância para agilizar as consultas e servirá para apoiar projetos futuros do Governo do Estado de Minas Gerais.

Inicialmente, este documento traz, em sua seção **2**, uma síntese das principais abordagens teóricas, com destaque para as análises sobre a dinâmica da pobreza e a vulnerabilidade dela decorrente, além da abordagem das capacitações. As seções seguintes apresentam uma síntese das principais discussões em torno dos quatro eixos temáticos considerados. Na seção **3** discorre-se acerca da inclusão produtiva, na **4** aborda-se a infraestrutura, enquanto na seção **5** trata-se do acesso à terra. Já na seção **6** descreve-se acerca do acesso aos serviços. Na seção **7** estão as considerações finais. Ao final encontram-se também as referências utilizadas na elaboração deste relatório.

## **2 ABORDAGENS TEÓRICAS**

De maneira geral, a pobreza é definida pela situação em que o bem-estar de indivíduos ou famílias está abaixo de níveis considerados como minimamente aceitáveis. A definição desses níveis de corte é bastante diversa, existindo diferentes parâmetros considerados por pesquisadores, órgãos não governamentais, entidades de governo, entre outros atores. O enfoque absoluto na definição e conceituação da pobreza busca a fixação de padrões mínimos de necessidades (linha de pobreza) ou padrões que expressam situações de maior gravidade (linha de miséria) (CRESPO; GUROVITZ, 2002). A forma de mensurar o bem-estar também é bastante variada, com destaque para as abordagens unidimensionais, que partem da análise da renda para a realização de inferências ou generalizações sobre a situação de indivíduos ou grupo de indivíduos e para as abordagens multidimensionais da pobreza.

Apesar de as abordagens unidimensionais da pobreza serem bastante frequentes, sobretudo nos indicadores utilizados amplamente para fins de políticas públicas, existe um pleno reconhecimento na literatura internacional de que medidas de renda ou de consumo, por si só, não capturam a verdadeira realidade da pobreza (DEATON, 1997; LUGO; MAASOUMI, 2008). Indicadores multidimensionais permitem traçar uma avaliação mais ampla sobre um conjunto de desvantagens que indivíduos apresentam (TSUI, 2002; BOURGUIGNON; CHAKRAVARTY 2003).

A abordagem multidimensional sugere que, em uma determinada situação, o aumento da renda para níveis superiores à linha de pobreza não necessariamente implicaria na saída definitiva do indivíduo ou família de uma situação de privação de elementos fundamentais ao bem-estar. Ademais, a superação da pobreza, especialmente se definida com base apenas na renda, pode ser transitória, diante da necessidade de garantir outros atributos (a exemplo da educação, redes de assistência, saúde, entre outros) aos indivíduos e às famílias para uma superação mais sustentável do estado de pobreza.

Dentro do universo das abordagens teóricas sobre a pobreza, destacam-se as análises focadas na dinâmica da pobreza que demonstram a relevância do componente “tempo” para as discussões, na vulnerabilidade à pobreza, que pode ser apreendida sob múltiplos pontos de vista, além da abordagem das capacitações.

### **2.1 A dinâmica da pobreza: uma análise temporal**

A literatura sobre a pobreza está essencialmente focada apenas no aspecto estático desse fenômeno, buscando identificar indivíduos ou domicílios pobres num determinado ano e no

apontamento dos aspectos que diferenciam pobres e não pobres. Entretanto, esta abordagem compreende aspectos relevantes relacionados à evolução das coortes de indivíduos, mesmo não incluindo análises sobre as variações de pobreza e não pobreza ao longo da vida. Já o estudo da dinâmica da pobreza traz contribuições significativas pois insere o componente temporal nas análises. De maneira geral, a dinâmica da pobreza examina eventos de entrada e saída do estado de privação. De acordo com Costa (2015),

nessa abordagem, a pobreza é dividida em duas categorias principais: crônica e transitória. A primeira consiste na permanência do indivíduo em situação de privação em todos os pontos do tempo em determinado corte temporal, enquanto a segunda é utilizada para aquele que apresenta transições entre a pobreza e a não pobreza ao longo do mesmo período. Entretanto, o critério utilizado para a definição dessas duas classificações não é consensual (p. 16).

Na análise da dinâmica da pobreza busca-se explorar a mobilidade de indivíduos ou domicílios nas situações de privação ao longo do tempo (entrada, estabilidade e saída). Nessa perspectiva, a ideia de pobreza crônica está associada àquele indivíduo que apresenta um estado de privação superior a cinco anos (HULME; SHEPHERD, 2003). Os trabalhos apresentam algumas categorizações: o indivíduo “sempre pobre” se encontra abaixo da linha de pobreza durante todo o período de referência de uma determinada pesquisa. O “usualmente pobre” se encontra, na média, abaixo da linha de pobreza, embora numa perspectiva temporal apresente momentos em que se encontra acima desse parâmetro. O “instavelmente pobre” apresenta uma condição de pobreza e não pobreza flutuante ao longo do período analisado. Já o “às vezes pobre” apresenta, na média, situação superior à linha pobreza, podendo se encontrar em condições abaixo desse parâmetro em determinados períodos dentro do espectro temporal analisado. O “nunca pobre” e o “sempre pobre” estiveram, respectivamente, acima e abaixo da linha de pobreza em todo o período. A existência dessas categorias sugere que a pobreza é um fenômeno complexo e o aspecto temporal é essencial em análises mais aprofundadas.

Ademais, destaca-se a carência de bases de dados que permitem análises de coorte, uma vez que boa parte das principais pesquisas que trazem informações indispensáveis para a compreensão da pobreza trabalha apenas numa perspectiva de período, definindo pontos fixos no tempo para a coleta de dados e para a produção de informações. No entanto, *surveys* e levantamentos de dados na escala local podem trazer elementos essenciais para ampliar estas discussões.

## **2.2 A vulnerabilidade à pobreza**

A noção de vulnerabilidade está presente em diversas áreas do conhecimento. Esse conceito passou a ser utilizado nos estudos sobre desastres a partir da década de 1970,

incorporando várias dimensões: vulnerabilidade social, econômica, ambiental, entre outras. Após a divulgação do Relatório de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas, liberado em 1994, a noção de vulnerabilidade passou também a estar associada a aspectos relativos à seguridade (SUMNER; MALLETT, 2011).. As abordagens sobre vulnerabilidade à pobreza abarcam uma multiplicidade de pontos de vista. Nos estudos produzidos no âmbito da economia, a vulnerabilidade à pobreza é definida como a probabilidade de redução do bem-estar ou da riqueza do indivíduo para um nível considerado crítico. Nos estudos sobre segurança alimentar, a vulnerabilidade à pobreza está associada ao risco de queda no suprimento nutricional e à capacidade de pessoas e famílias de responder a problemas na oferta e no acesso a alimentos. Já o campo da saúde trabalha a vulnerabilidade à pobreza sob a perspectiva da suscetibilidade às condições de saúde físicas, psicológicas ou sociais. Nessas diferentes abordagens sobre a vulnerabilidade, o aspecto comum está relacionado à exposição a eventos incertos, além da capacidade de indivíduos de responder a eventuais mudanças.

Os estudos sobre a vulnerabilidade à pobreza destacam o papel dos ativos e da insegurança, que depende não apenas da quantidade de ativos de um determinado indivíduo, mas também de sua habilidade gerencial (MOSER, 1998; WOOD, 2003), das questões de ordem monetária (JALAN; RAVALLION, 1998; YAQUB, 2002) e das abordagens multidimensionais (HULME; SHEPHERD, 2003; DUBOIS; ROUSSEAU, 2008).

### **2.3 Abordagem das capacitações**

A abordagem das capacitações foi proposta por Amartya Sen, enfatizando o papel do indivíduo nas questões sobre a pobreza. Nessa abordagem, as capacidades são entendidas não apenas como o somatório de habilidades indispensáveis para o acesso a bens, alimentos e serviços, mas também à liberdade de viver do jeito que as pessoas valorizam (SEN, 1998). Nessa perspectiva, “as pessoas dependem não apenas da renda, mas também da provisão de diversos serviços públicos e da utilização dos seus próprios bens. Nesse contexto, os capitais físico, humano e social assumem papel importante” (COSTA, 2015, p.27).

A abordagem das capacitações foi inicialmente trabalhada por Sen (1979) e desenvolvida com maior profundidade nas duas décadas seguintes. Essa abordagem guarda forte conexão conceitual com a ideia de florescimento humano, de Aristóteles, e com as teorias desenvolvidas por Adam Smith e Karl Marx. Esse último discutiu a importância das capacidades para o bem-estar humano, além de prover uma base teórica consistente, pautada no materialismo histórico dialético que, mais adiante, foi amplamente utilizado por

cientistas sociais que, em alguma medida, também contribuíram, direta ou indiretamente (a exemplo das ideias sobre “direito à cidade” de Henry Lefebvre), para o desenvolvimento dessa abordagem.

A abordagem das capacitações é desenvolvida com base em dois conceitos fundamentais: funcionamentos e capacidades. Os funcionamentos se referem ao estado de ser, ter e fazer, a exemplo de ser bem nutrido ou de ter uma moradia. Capacidades se referem a um grupo de funcionamentos aos quais as pessoas efetivamente têm acesso. O nível de capacidades de uma pessoa está relacionado à liberdade efetiva dela escolher uma diferente combinação de funcionamentos, que varia em relação às diferentes formas de vida e de cultura. Nesse sentido, pode-se pensar em grupos de funcionamentos específicos para aspectos da vida, a exemplo da alfabetização, saúde ou liberdade política (ALEXANDER, 2008).

Esta abordagem traz embutida uma forte questão ética e considera a pobreza com maior profundidade em relação às demais formas de tratar o fenômeno. Na abordagem das capacitações a pobreza é entendida como a privação da capacidade de ter uma boa vida, e o desenvolvimento é entendido como uma expansão das capacidades individuais (ALEXANDER, 2008). Diante de sua complexidade conceitual, a abordagem das capacitações dificilmente é aplicada, não obstante sua valiosa contribuição do ponto de vista teórico.



### **3 INCLUSÃO PRODUTIVA**

Este eixo aborda essencialmente três focos de discussão: (1<sup>o</sup>) segurança alimentar e nutricional, a começar pela delimitação conceitual e incluindo a interface com estratégias para implantação de uma nova agenda de políticas públicas de combate à insegurança alimentar e nutricional; (2<sup>o</sup>) diversificação econômica; e (3<sup>o</sup>) desenvolvimento local e modelo de produção agrícola no campo.

#### **3.1 Segurança alimentar e nutricional: uma questão humanitária**

Desde os primórdios do seu surgimento como questão humanitária relevante para a consideração das condições de vida da população, a segurança alimentar e nutricional (SAN) tem ensejado permanente discussão, tanto no campo conceitual quanto no âmbito das políticas públicas, capazes de evitar situações de insegurança alimentar e nutricional ou manter status de SAN.

##### **3.1.1 Conceito de segurança alimentar e nutricional**

O termo segurança alimentar e nutricional foi utilizado na Europa no contexto da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), associado ao conceito de segurança nacional e à capacidade de cada país produzir sua própria alimentação frente ao risco de embargos, cercos ou boicotes políticos ou militares (VALENTE *et al.*, 2007).

A questão da (in)segurança alimentar e nutricional ainda é foco de muitas polêmicas, em parte devido ao próprio contexto de guerra em que o conceito ganhou maior utilização, quando se tornou claro que a segurança nacional de um país dependia da produção e estoque de alimentos (MALUF, 2007). As diversas iniciativas governamentais e não-governamentais, permeadas pelas políticas públicas de estado e por ações filantrópicas privadas, ainda não lograram a erradicação da fome que continua afligindo um contingente populacional expressivo no mundo. O agravamento das condições de insegurança alimentar ocorre em países de renda média e baixa, com intensificação em áreas geográficas e populacionais com características socioeconômicas vulneráveis, impingindo a determinados estratos populacionais uma condição de vida indigna e marcada por privações acentuadas.

O conceito de SAN está ainda em construção, seja no campo teórico, seja no de formulação de políticas públicas. O processo de amadurecimento conceitual foi incorporando preocupações que emanavam de debates e assim delinearam, de início como relevantes, os parâmetros “disponibilidade” e “acesso”, relacionados à quantidade suficiente e ao preço baixo (VALENTE *et al.*, 2007).

Com base em experiências de movimentos sociais e de algumas ações do governo em prol da caracterização da segurança alimentar, foi aprovada na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em Olinda em 2004, uma formulação conceitual (posteriormente transformada em Lei) fundamental para situar as políticas públicas no sistema alimentar de produção, distribuição e consumo. Segundo o Art. 3º da lei 11 346, a SAN

consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis<sup>1</sup> (Art. 3º da lei 11.346, CONSEA, 2004, p.4).

No estado de Minas Gerais, adota-se o termo Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – SANS, formulado na I Conferência Estadual de SANS em 2001, enfatizando o aspecto da sustentabilidade do ponto de vista ambiental, social, cultural e econômico em todas as etapas do ciclo dos alimentos (produção, colheita, extração, beneficiamento, armazenamento, distribuição, comercialização, consumo e destinação dos resíduos sólidos) (PESANS, 2012).

Mais recentemente, a dimensão solidária foi incorporada ao conceito de SANS em Minas Gerais para fazer referência ao modo de produção, comercialização e consumo dos alimentos, que deve ser pautado em valores de igualdade, partilha, fraternidade, justiça e, acima de tudo, de garantia ao direito humano de se alimentar adequadamente (PESANS, 2012).

### **3.1.2 Análise da segurança alimentar e nutricional**

Os estudos atinentes à segurança alimentar e nutricional e de combate à fome indicam uma convergência analítica. A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) defende uma abordagem interdisciplinar que contemple duas dimensões: (1ª) a melhoria dos padrões de vida da população em insegurança alimentar, tanto do segmento que vive nas áreas rurais por meio de melhorias na produção agrícola e na renda auferida, quanto da população urbana, por meio de programas de qualificação, educação e alfabetização; (2ª) a formação de redes de proteção social para oferecer suporte às pessoas sem acesso à alimentação, sobretudo para os grupos mais vulneráveis, como crianças, grávidas e lactantes, idosos, pessoas com deficiência, miseráveis e desempregados (MAYA; TAKAGI, 2014).

---

<sup>1</sup> Esta é a definição vigente de Segurança Alimentar, no Brasil. Ela foi construída por representantes do governo e da sociedade civil por ocasião da elaboração do documento brasileiro para a Cúpula Mundial de Alimentação.

De acordo com os últimos relatórios da FAO, é fundamental que os programas de ampliação do acesso aos alimentos, de proteção social, da produção agrícola familiar, de práticas educativas e de qualificação profissional, ocorram simultaneamente numa comunidade, para que haja o fortalecimento mútuo e o aumento das sinergias (TAKAGI, 2014). A implementação de políticas públicas voltadas para a maximização das sinergias locais são fundamentais, a exemplo de programas de coordenação, alianças contra a fome, campanhas de mídia, reformas políticas, reformas institucionais, rede de treinamentos, indutores do fortalecimento comunitário, processos educativos, escolas-campo, programas de rádio/TV e monitoramento e avaliação (MACMILLAN, 2004).

A política de segurança alimentar e nutricional deve estar inserida em um sistema integrado, que envolva as dimensões produtivas, de saúde, ambientais, econômicas, sociais e culturais, contendo estratégias para situações de emergência e de longo prazo, para incidir nos fatores mais estruturais (CEPAL, 2004). Assim, “esta concepção integradora implica em abandonar a perspectiva setorial, que tende a identificar o aspecto alimentar da política só com o estímulo à produção agrícola, e o nutricional como doença” (CEPAL, 2004, p.118).

De forma semelhante, Maluf *et al.* (1996), no âmbito do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar, defendem que o objetivo das políticas de segurança alimentar e nutricional é combinar ações assistenciais-compensatórias frente às questões emergenciais, a exemplo da fome, com políticas de caráter estruturante, visando assegurar o acesso aos alimentos sem comprometer uma parcela substancial da renda familiar. Os autores defendem que é necessário garantir a disponibilidade de alimentos de qualidade, originados de formas produtivas eficientes, porém, não excludentes e sustentáveis, e, também, divulgar informações ao consumidor sobre práticas alimentares saudáveis e possíveis riscos à saúde, mediados pelo alimento. Ainda de acordo com Maluf *et al.* (1996) “a segurança alimentar será conseguida com desenvolvimento econômico orientado e por uma visão pautada na ética, na equidade, na sustentabilidade ambiental, na universalização da cidadania e na radicalização da democracia”. Essa abordagem defende, portanto, uma atuação macroeconômica para se atingir a segurança alimentar, em detrimento de políticas específicas. Nessa perspectiva, Maluf e Menezes (2001) ressaltam que a segurança alimentar e nutricional deve fazer parte de um eixo estratégico de desenvolvimento, com a adoção de um estatuto análogo à equidade social e à sustentabilidade como objetivos norteadores de políticas públicas.

Além dos dois componentes tradicionais ligados à segurança alimentar e nutricional (oferta e acesso aos alimentos), Pessanha (1998) destaca a relevância das políticas de controle fitossanitário e de qualidade dos alimentos, incluindo o desenvolvimento tecnológico e

industrial, e questões relacionadas à defesa do direito do consumidor e às políticas para a conservação e o controle sobre o acesso às bases genéticas (conservação de recursos genéticos, desenvolvimento científico e tecnológico do melhoramento, propriedade intelectual para recursos genéticos e melhoramento). No entanto, destaca a insuficiência de acesso causada basicamente pelas intensas desigualdades na estrutura de renda e de oportunidades existentes no país. Nesse sentido, Pessanha (1998) e Takagi (2014) defendem que a política de segurança alimentar, como garantia de acesso, é uma política pública social redistributiva e compensatória, que pode ser estrutural ou residual.

As ações de SAN estão entrelaçadas a três aspectos fundamentais para as políticas públicas: obesidade, condições de saúde materno-infantil e controle das doenças infecciosas.

O incremento da obesidade entre as populações que vivem em situação de pobreza tem sido amplamente discutido na literatura nacional e internacional. Os estudos recentes apontam para um aumento crescente desse fenômeno entre os países de renda média e baixa da América Latina (FERREIRA *et al.*, 2010). No Brasil, os dados provenientes de inquéritos nacionais realizados no período de 1974 a 2003 revelaram a evolução da obesidade global na população adulta brasileira e seu impacto nos segmentos menos favorecidos (IBGE, 2004). A obesidade no contexto da pobreza, no Brasil, coloca o agravo como tema prioritário para o campo da saúde pública na atualidade, demandando a implementação de políticas públicas eficazes e focalizadas nos segmentos sociais de nível socioeconômico mais baixo (BRASIL, 2006).

Em todo o mundo cresce o número de pessoas com sobrepeso. A obesidade figura como uma das principais causas de um conjunto de doenças que atingem a população, a exemplo da hipertensão e da diabetes. Segundo o relatório da FAO, divulgado em 2014, as ações decorrentes da obesidade e doenças a ela associadas causam uma erosão de 20% nos orçamentos dos países. No Brasil, em 2011, o custo da obesidade e da fração atribuível às doenças associadas para o Sistema Único de Saúde superou R\$ 480 milhões (FAO, 2014). Ainda segundo o relatório da FAO (2014), a alimentação saudável deve ser uma atividade da população e quem pode contribuir para garantir alimentos nutritivos e ricos em proteína são os agricultores familiares. Isso, porque eles respondem por mais de 70% da produção de alimentos e, sobretudo, porque se trata de uma produção vinda de fonte sustentável e saudável.

A situação de SAN está também associada às condições de saúde materno-infantil, uma vez que compreende desde a satisfação psicofisiológica até a alimentação saudável. Nessa perspectiva, segundo Rocha *et al.* (2014), “os diversos aspectos que envolvem SAN, como o

biológico, o econômico, o ambiental e o cultural, permitem reconhecer a pluralidade de seu conceito”.

A SAN também está vinculada ao recrudescimento das doenças infecciosas e ao crescimento de doenças crônicas não-transmissíveis nos diversos grupos de idade e segmentos da população. Segundo Silva (2014, p.16), “a alimentação e nutrição se apresentam como elementos indispensáveis à promoção e proteção da saúde, proporcionando crescimento e desenvolvimento do ser humano em sua plenitude, com cidadania e qualidade de vida”. Nas áreas rurais do país, a dificuldade de acesso à terra contribui para uma situação não desejada de segurança alimentar (LANG *et al.*, 2011).

### **3.1.3 Políticas públicas, pobreza rural e segurança alimentar e nutricional**

A SAN está imbricada às condições socioeconômicas das populações vulneráveis e, portanto, encontra sua explicação ontológica no fenômeno da pobreza e suas distintas manifestações nas áreas urbanas e rurais. Em específico, na análise da SAN está atrelada a uma abordagem focalizada na pobreza rural para uma melhor discricionariedade de seus determinantes e suas implicações no desenho das políticas públicas visando sua redução e/ou erradicação.

A partir da análise da Série de Desenvolvimento Rural Sustentável organizada por Tibúrcio (2011, p. 35), pode-se elencar um conjunto de determinantes históricos da pobreza rural que afetam, diretamente, a geração de uma situação de (in)segurança alimentar e nutricional no Brasil: (a) acesso à terra, pois a negação desse direito é um importante fator de exclusão social; (b) capacidades humanas, com destaque para o papel fundamental da educação na elevação da renda das pessoas e das próprias famílias; (c) outras formas de capital físico, embora para a maioria dos estabelecimentos a propriedade da terra é o capital mais importante, cuja dimensão condiciona as formas de investimento; (d) acesso e participação nos mercados, pois devido às deficiências tecnológicas e à própria qualidade dos produtos, grande parte dos agricultores acaba sendo excluída dos mercados; (e) acesso a serviços básicos, que constituem elementos-chave para se entender porque a pobreza rural permanece em patamares elevados em todas as regiões do mundo; (f) infraestrutura, especialmente no que diz respeito à habitação, saneamento básico, transportes, lazer, cultura e serviços específicos nas áreas de saúde e educação; e (g) oportunidades de trabalho, uma vez que em muitas regiões do país já começaram a surgir dificuldades de alocação da mão de obra rural, seja na agricultura seja em outras atividades produtivas.

Diante disso, as estratégias para enfrentamento da pobreza rural requerem o reconhecimento do papel central do estado e sua capacitação com vistas à adoção de

políticas públicas em diversas áreas, com destaque para as políticas sociais, de acesso a recursos naturais e de inclusão produtiva (quadro 1).

Quadro 1: Políticas de combate à pobreza rural e à insegurança alimentar e nutricional

Tipo de política	Ações
Sociais	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Promover a inclusão social: enxergar as pessoas como cidadãs/cidadãos e não apenas como produtoras (es) de mercadorias, além de proporcionar a elas direitos básicos relativos aos mercados de bens e de produtos, e de tratá-las de forma igualitária;</li> <li>b) desenvolver capacidades: tanto dos indivíduos como das organizações sociais, ampliando a participação social na gestão das políticas públicas;</li> <li>c) ampliar a educação no campo: garantir o acesso a serviços educacionais de qualidade a toda a população rural, por meio de um sistema educacional adequado à sua realidade;</li> <li>d) transferir renda: manter as ações governamentais atuais, ampliando o horizonte dessas ações e elevando o valor monetário das transferências às famílias;</li> <li>e) propiciar o acesso aos bens e serviços: universalizar o acesso aos bens e serviços sociais para todos os habitantes rurais;</li> <li>f) relacionar as políticas sociais a uma estratégia de desenvolvimento rural.</li> </ul>
Acesso a Recursos Naturais	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Ampliar o acesso aos bens naturais essenciais, com destaque para a água;</li> <li>b) fortalecer novos arranjos fundiários, sendo a reforma agrária um instrumento essencial nessa direção.</li> </ul>
Inclusão Produtiva	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Geração de emprego e renda: desenvolvimento de atividades produtivas (agrícolas e não-agrícolas) capazes de dar sustentação às pessoas em suas inserções nos diferentes mercados;</li> <li>b) desenvolver capacidades: tanto dos indivíduos como das organizações sociais, ampliando a participação social na gestão das políticas públicas;</li> <li>c) ampliar a educação no campo: garantir o acesso a serviços educacionais de qualidade a toda a população rural, por meio de um sistema educacional adequado à sua realidade;</li> <li>d) transferir renda: manter as ações governamentais atuais, ampliando o horizonte dessas ações e elevando o valor monetário das transferências às famílias;</li> <li>e) canais de comercialização: política de incentivos e de acesso aos mercados como forma de viabilizar economicamente as unidades familiares de produção;</li> <li>f) Matriz energética: aproveitar as oportunidades geradas pela exploração das energias renováveis, como forma de aproximar esse tema da questão da erradicação da pobreza rural.</li> </ul>

Fonte: Miranda e Tibúrcio (2011)

### 3.1.4 Estratégias para implementação de uma nova agenda de políticas públicas de combate à insegurança alimentar e nutricional

Para que a agenda de políticas públicas apresente resultados efetivos, alguns requisitos são considerados essenciais, conforme se destaca no quadro 2.

Quadro 2: Estratégias para superação da pobreza rural e insegurança alimentar no campo

- a) Superar a atual fragmentação das políticas públicas: o sucesso na erradicação da pobreza rural depende fortemente da superação desse desafio histórico das políticas públicas no Brasil;
- b) estratégia de desenvolvimento rural: não pode estar dissociada da estratégia de desenvolvimento do país, em suas distintas espacialidades;
- c) protagonismo dos atores sociais: estimular o processo de participação de todos os atores nas diversas formas de representação institucional relativas às políticas públicas;
- d) planejamento das políticas: deve conter metas objetivas e prioridades de ação claramente definidas;
- e) articulação dos órgãos governamentais: ampliar e melhorar a coordenação intragovernamental (horizontal) e intergovernamental (vertical) no sentido de potencializar as ações das políticas públicas; visando desenvolvimento rural sustentável;
- f) agricultura familiar: ter as famílias rurais como foco da ação e não como um produto ou atividade, uma vez que é a partir do conjunto de interesses existentes no interior das unidades familiares que são definidas diferentes estratégias, particularmente aquelas relacionadas ao trabalho, produção e sucessão no âmbito da agricultura familiar;
- g) múltiplas dimensões da pobreza: contemplar as múltiplas dimensões envolvidas, evitando definir todas as estratégias apenas a partir do quesito renda, além de contemplar as especificidades regionais.

Fonte: Miranda e Tibúrcio (2011)

Entretanto, o mapeamento da matriz de políticas sociais aponta uma situação de fragmentação e desarticulação entre elas, impedindo que os programas e ações sejam conduzidos segundo um objetivo único. A matriz institucional é caracterizada por um sistema de políticas verticalizado com pouco diálogo entre programas e ações. A ausência de mecanismos que permitam a articulação horizontal e a coordenação segundo o objetivo comum de um grupo determinado de políticas se constitui em obstáculo importante para a execução de um programa de combate à pobreza de natureza multidimensional.

Uma proposição de superação dessa fragmentação e desarticulação da Matriz de Políticas Sociais na área rural foi apresentada em 2008 pelo Governo Federal, diante da recorrência da situação de pobreza nos assentamentos rurais. Para solução desses impasses foi formatada a iniciativa dos Territórios da Cidadania<sup>2</sup> que representa o atendimento integral de uma determinada população pelos diversos programas sociais.

---

<sup>2</sup> Vide Decreto de criação do Programa Território da Cidadania disponível no *link*: <http://portal.mda.gov.br/o/4111257>

### 3.2 Diversificação econômica, desenvolvimento local e modelo de produção agrícola no campo

Nas últimas décadas, o processo de modernização da agricultura atingiu de forma diferenciada as regiões, as etapas do processo produtivo e as diferentes categorias de produtores rurais. Houve também expansão de atividades não-agrícolas e da pluriatividade no campo, com a criação de espaços multifuncionais pelo crescente processo de urbanização das áreas tradicionalmente rurais (MATOS, 2004). Essas transformações sócio-espaciais não são homogêneas no Brasil, imprimindo uma realidade caracterizada por uma diversidade de formas de apropriação econômica da terra e de exclusão. Segundo Sathler (2006, p. 1) “as mudanças que ocorreram no meio rural brasileiro a partir da década de 1980, com uma maior diversificação econômica e a formação de espaços multifuncionais, imprimiram ao campo um novo significado”.

A ampliação das atividades rurais não-agrícolas traz um novo panorama de desenvolvimento da economia rural, criando novas oportunidades de trabalho e alternativas de renda (REARDON, 1999; SAKAMOTO *et al.*, 2016). Segundo Sakamoto *et al.* (2016),

em contraposição à tendência de redução das ocupações agrícolas no rural brasileiro, houve um aumento relevante da participação do trabalho não agrícola na população ocupada rural, especialmente durante as décadas de 1990 e 2000. Em termos de geração de renda, as ocupações não agrícolas passam a ter crescente importância na composição da renda familiar rural (SAKAMOTO *et al.*, 2016, p. 562).

A diversificação econômica no campo está associada ao que ficou conhecido como Novo Rural brasileiro que, de acordo com Grossi e Silva (2002, p. 5), é constituído basicamente por três grandes grupos de atividades: a agropecuária moderna, com a formação de complexos agroindustriais; crescimento das atividades não-agrícolas (moradia, lazer e várias atividades industriais e de prestações de serviços); “novas” atividades agropecuárias focadas em nichos especiais de mercado. Segundo Silva (1997, p. 1), “o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural”.

No entanto, a diversificação econômica ainda não atingiu todas as partes do território rural brasileiro. Nas porções mais estagnadas do país prevalece a baixa diversificação no campo e, também, a irrisória contribuição das atividades agrícolas para o Produto Interno Bruto (PIB) municipal, muitas vezes composto essencialmente de atividades do setor terciário de baixo nível de especialização e, também, por serviços públicos (FJP, 2017). Nessas áreas, o primeiro passo para diversificação econômica local é o fortalecimento das atividades agropecuárias no campo. Mais adiante, a prestação de serviços com níveis mais elevados



de especialização será uma consequência de políticas de desenvolvimento rural focadas na implementação de modelos sustentáveis de produção agrícola no campo.

Em meio à consolidação do Novo Rural, surge também como elemento de discussão no âmbito da inclusão produtiva e em sua correção com a SAN o desenvolvimento local, que está inserido em uma realidade ampla e complexa, sendo resultado de interações multiescalares (local, regional, nacional e global) tanto das iniciativas de planejamento quanto das de gestão. Segundo Buarque (1999), o desenvolvimento local

é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais (BUARQUE, 1999, p. 9).

O desenvolvimento local está associado, de maneira geral, às iniciativas inovadoras e capazes de articular ações coletivas, explorando as potencialidades locais nos diferentes contextos. Segundo Haveri (1996, p. 35), “as comunidades procuram utilizar suas características específicas e suas qualidades superiores e se especializar nos campos em que têm uma vantagem comparativa com relação às outras regiões”. Experiências exitosas de desenvolvimento local e de superação da pobreza demandam um ambiente social e político favorável, com a convergência de importantes atores sociais no âmbito do município ou da comunidade (BUARQUE, 1999).

A escala municipal é adequada para iniciativas de mobilização em prol de ações de desenvolvimento local rural e urbano, mas ações articuladas à esfera estadual também trazem contribuições indispensáveis, sobretudo no que diz respeito à criação de condições locais para o combate adequado à pobreza (BURGOS, 2013).

O termo desenvolvimento rural teve uso diferenciado ao longo do tempo, geralmente destacando a melhoria no bem-estar de populações do campo, embora existam estratégias nitidamente distintas no campo das políticas públicas. No Brasil, as políticas de desenvolvimento rural foram, tradicionalmente, implementadas de forma *top down*, sobretudo com base em iniciativas do governo federal. A noção de desenvolvimento rural na década de 1970 foi orientada pelo ímpeto modernizante. No Brasil, sob o comando dos governos militares, um conjunto de programas foi implementado nas regiões mais pobres, especialmente nos estados do Nordeste, buscando um modelo de desenvolvimento rural atrelado ao processo de mudanças na estrutura produtiva. Nesse contexto, a melhoria no

bem-estar das populações do campo e as transformações sociais e econômicas seriam resultado "natural" das transformações na produção agrícola. No entanto, pensava-se apenas na difusão de tecnologias para o aumento da produção, produtividade e, conseqüentemente, da renda familiar (NAVARRO, 2001).

Na década de 1990, os debates sobre desenvolvimento rural avançaram diante das dificuldades impostas pelas políticas centralizadoras federais e dos problemas de concepção de "desenvolvimento" no campo. Nesse sentido, políticas de desenvolvimento local sustentável desenhadas para as áreas rurais devem buscar identificar as especificidades do campo, além de integrar estratégias que compreendam várias frentes de atuação e iniciativas *bottom-up*. Segundo Navarro (2001), a expressão "desenvolvimento rural sustentável" ganha destaque, incorporando noções de equidade social e buscando ações em sintonia com a forma de organização social das famílias rurais mais pobres. Nesse contexto, destacam-se as demandas criadas por movimentos sociais em torno da agricultura familiar e da reforma agrária, que não se limitam ao simples acesso à terra, mas buscam também integrar outras demandas indispensáveis para a reprodução da vida no campo, a exemplo da saúde e da educação.

As políticas de desenvolvimento rural devem vir articuladas à noção do que se pode chamar de "direito ao campo". As ideias de Henry Lefebvre em relação ao que chamou de "direito à cidade" iluminam essa discussão, podendo se estender também para o que se pode chamar de "direito ao campo". O direito à cidade é o direito de mudar a si mesmo e também a sua cidade. O direito de (re)fazer suas cidades e a si mesmo é extremamente precioso, embora bastante negligenciado. De maneira análoga, o direito ao campo seria essencial para (re)construção do campo com base na intensa participação da classe camponesa (LEFEBVRE, 1967; HARVEY, 2013). Portanto, a natureza dos conflitos na cidade e no campo extrapola a dimensão do simples acesso aos direitos sociais. Através da coletividade, os movimentos sociais buscam um acesso verdadeiramente renovador e transformador da vida no campo.

As discussões sobre desenvolvimento local no campo estão intimamente relacionadas às diferentes possibilidades na adoção de modelos distintos de produção agrícola. O modelo agrícola do agronegócio, caracterizado pela monocultura, o trabalho assalariado e a produção em larga escala, passa por um projeto distinto daquele adotado pela agricultura familiar, voltado para a produção em menor escala com o uso do trabalho dos membros da família (ENGELBRECHT, 2014).

O fortalecimento do modelo em que predomina a agricultura familiar exige a necessidade de políticas integradas que envolvam diversas secretarias e níveis de governança. É

fundamental a expansão de serviços públicos nas áreas rurais que ampliem os direitos sociais da população, evitando o êxodo rural, muito comum nas áreas mais estagnadas do país. A título de exemplo, a geração de riqueza no campo, por meio da agricultura familiar, de pequena escala, depende de políticas de educação que contemplem as especificidades do campo, a exemplo da expansão de escolas estaduais famílias agrícolas (EFAs) pautadas na metodologia pedagógica da alternância.

Entretanto, as políticas voltadas para o desenvolvimento rural, historicamente, pouco priorizam a implantação de modelos agrícolas mais sustentáveis. Segundo Engelbrecht (2014, p. 7), os pequenos produtores “ficaram excluídos da referida integração às imposições da modernização agrícola, tendo como resultado o não acesso para desfrutar dos créditos privilegiados do Estado, além de não gozarem de aperfeiçoamentos técnicos”. Portanto, deve-se investir na criação de alternativas com base no diálogo com os movimentos sociais do campo, buscando uma relação mais justa do estado com os pequenos agricultores.

## **4 INFRAESTRUTURA**

A infraestrutura é um importante eixo envolvendo as discussões sobre a pobreza no campo nos municípios dos territórios do Norte, Vale Mucuri, Baixo, Médio e Alto Jequitinhonha e do Vale do Rio Doce, em Minas Gerais, com destaque para os seguintes sub-eixos: degradação ambiental; convivência com a seca; disponibilidade energética e saneamento rural.

No campo da infraestrutura, os temas são diversos dentro dos sub-eixos desenvolvidos, mas sua distribuição é assimétrica. No geral, a implantação de projetos de infraestrutura favorece os programas orientados para a ampliação do bem-estar e da qualidade de vida, com impactos na minimização da pobreza e extrema pobreza em regiões com alto índice de vulnerabilidade social na zona rural.

### **4.1 Degradação ambiental**

Em relação à degradação ambiental na porção setentrional de Minas Gerais, a literatura destaca a deterioração dos solos e à contaminação da água, mas o desmatamento também figura como problema a ser superado, sobretudo das matas ciliares (SOUZA, 2012; LIMA et al., 2013). Dentre as soluções apontadas para o combate à degradação ambiental nas áreas rurais dessa região, destaca-se a implantação de sistemas agroflorestais (SAFs) para a recuperação de áreas degradadas e para a melhoria da recuperação das condições dos solos. Segundo Favero et al. (2008),

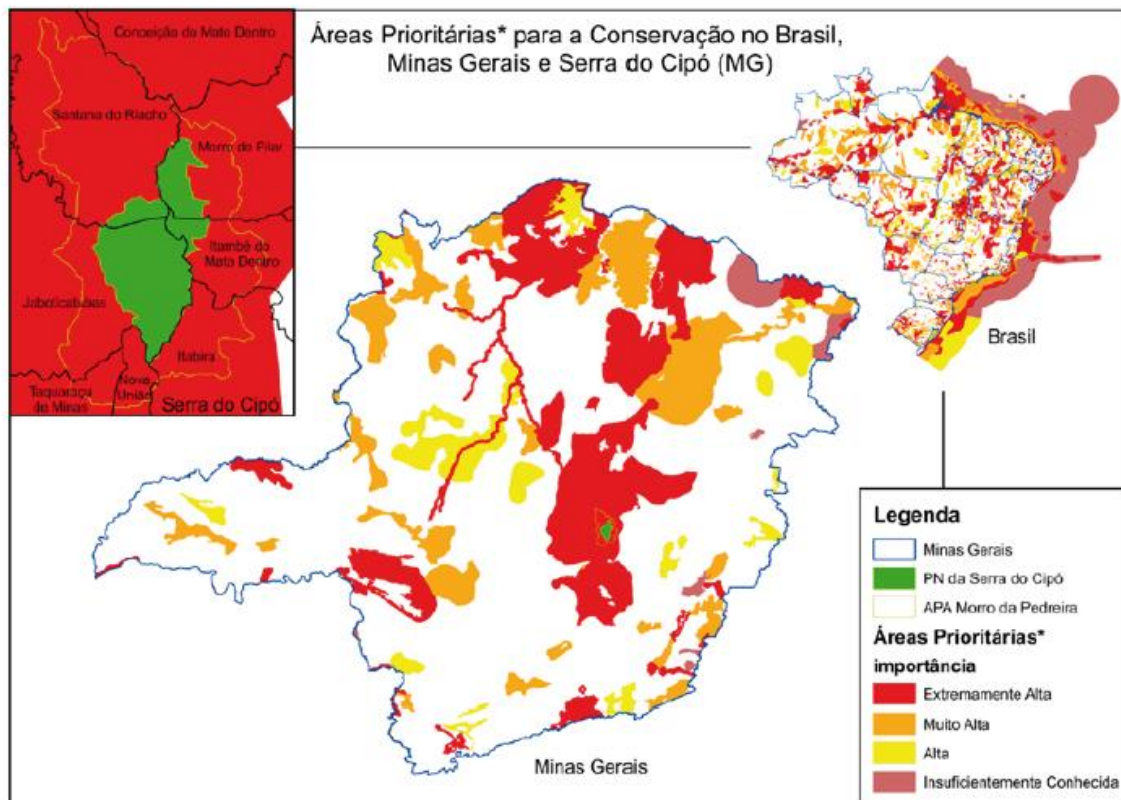
a recuperação de áreas degradadas através de SAFs, na perspectiva agroecológica, pressupõe a potencialização da regeneração natural e da sucessão de espécies. De acordo com Götsch (1995), citado por Peneireiro (1999), para que isso ocorra é fundamental a compreensão do funcionamento do ecossistema original e a replicação dos processos que ocorrem naturalmente (p. 862).

Historicamente, o esgotamento dos solos e a degradação ambiental no campo associados à depressão dos recursos naturais estiveram dentre os fatores que mais dificultaram a permanência das populações no campo, sobretudo na porção setentrional do estado de Minas Gerais (GALIZONI, 2000). A degradação dos recursos naturais possui implicações econômicas muito relevantes para a população dependente da agricultura de pequena escala e de atividades essencialmente ligadas à natureza. Existe uma ampla bibliografia que associa a migração a ciclos de exploração dos recursos naturais (BILSBORROW, 2002; BREMER; HUNTER, 2014).

Ribeiro e Filgueira (2011) apresentam um mapeamento das áreas prioritárias para conservação no Estado de Minas Gerais e, também, para todo o Brasil. O mapa 1 traz

informações sobre o mapeamento realizado, que poderá servir de base para as políticas públicas de implantação e manutenção de Unidades de Conservação.

Mapa 1: Áreas prioritárias para conservação em Minas Gerais, 2011



Fonte: Ribeiro e Filgueira (2011)

De acordo com Marengo (2008), o mapeamento de riscos e vulnerabilidade do semiárido às mudanças climáticas é essencial para estudo das mudanças do uso da terra, aumento populacional, clima e conflito de uso de recursos naturais, “integrando as diferentes vulnerabilidades setoriais (saúde, agricultura, economia, transportes, recursos hídricos, elevação do nível do mar, biodiversidade, entre outras) e integrando estas com as demais causas de vulnerabilidade, sejam ambientais ou sociais.” (MALENGO, 2008, p. 171). Para o autor, a melhor forma de diminuir os efeitos da desertificação é reduzir os riscos do aquecimento global, diminuindo, radicalmente, as emissões de gases do efeito estufa.

Outras questões mais ligadas a aspectos humanos e relacionadas à política aparecem em três dos artigos revisados no sub-eixo de degradação ambiental. Barbosa & Santos (2008), propõem a criação de unidades de conservação, diante de conflitos existentes na dinâmica de implantação das Unidades de Proteção Integrais, que não são adequadas para uma efetiva conservação dos recursos naturais. De acordo com os autores, há no Brasil uma

posição paradoxal do Estado, que ora age como regulador das ações de conservação, ora defende ações que têm como consequência a degradação dos recursos naturais.

Pellin et al. (2011) apresentam em suas discussões a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) como uma significativa ferramenta para a formulação de políticas públicas, planos e programas voltados às questões ambientais mais sensíveis e integrados com os atores e instituições, fortalecendo a participação pública<sup>3</sup>.

## **4.2 Convivência com a seca**

A seca é um dos principais fatores que afetam a segurança alimentar nas áreas rurais, sobretudo aquelas localizadas em áreas de forte vulnerabilidade social, a exemplo dos territórios de desenvolvimento focalizados neste projeto. As repetidas crises de seca e a situação de vulnerabilidade socioambiental em vastas áreas do território brasileiro vêm impondo importantes desafios para os formuladores e gestores de políticas públicas (Silva, 2003; Conti e Schroeder, 2013), com destaque para os constantes desequilíbrios socioambientais na região do semiárido Mineiro.

A seca está presente em praticamente todos os regimes climáticos, sendo um fenômeno temporário que pode ocorrer em áreas de alta ou baixa precipitação. Os períodos de estiagem não são considerados como característica permanente do clima, sendo fenômenos anômalos, diferentes da aridez, que se restringe a regiões de baixa precipitação. O fenômeno da seca apresenta peculiaridades nitidamente regionais, refletindo características meteorológicas, hidrológicas e socioeconômicas singulares. A seca possui algumas singularidades em relação a outros desastres e riscos naturais, a saber: (a) é um “fenômeno gradual”, o que dificulta determinar seu início e fim; (b) seus efeitos se acumulam vagarosamente ao longo de um período considerável de tempo, podendo perdurar por anos após o fim dessa anomalia climática; (c) os pesquisadores afirmam que os impactos da seca são menos evidentes e se espalham em uma área geográfica maior do que os danos causados por outros riscos naturais; (d) essa anomalia climática dificilmente provoca danos na infraestrutura, o que é positivo (Byun e Wilhite, 1999).

De acordo com Wilhite e Glantz (1985), a seca pode ser classificada de várias maneiras, meteorológicas, hidrológicas, agrícolas e socioeconômicas. Byun e Wilhite (1999) ressaltam que “a seca meteorológica se expressa apenas com base no grau de sequidão (frequentemente em comparação a algum volume ‘normal’ ou médio) e a duração do período seco”. Sendo assim, as secas meteorológicas são específicas de uma determinada

---

<sup>3</sup> Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) é o termo utilizado para definir o processo de avaliação de impacto ambiental de políticas, planos e programas (PPP) e é frequentemente retratada na literatura como um instrumento de planejamento e de apoio à tomada de decisão (PELLIN, et al., 2011, p. 28).

região, já que as condições atmosféricas que levam à falta de precipitações são nitidamente particulares. Já em relação às secas hidrológicas, os mesmos autores destacam que elas “estão mais relacionadas com os efeitos de períodos de escassez de precipitação sobre as águas superficiais ou subterrâneas (por exemplo, vazão, níveis de reservatórios e lagos, água subterrânea) do que com a redução da precipitação”. As secas hidrológicas geralmente acontecem após a ocorrência de secas meteorológicas que podem comprometer ou não a produção agrícola (Byun e Wilhite, 1999).

Segundo Pires (2003, p. 14), “a seca socioeconômica está associada ao efeito conjunto dos impactos naturais e sociais que resultam da falta de água, devido ao desequilíbrio entre o fornecimento e a procura desse recurso”. Nesse sentido, na maior parte dos casos. “a demanda por água cresce como resultado do aumento da população e/ou do consumo *per capita*”. Sendo assim, “a seca poderia ser definida como um evento que ocorre quando a demanda supera a oferta, como produto de uma deficiência na oferta em função do clima”. O conceito de vulnerabilidade socioambiental estabelece um diálogo claro com a chamada seca socioeconômica. De acordo com Moser (1998), a noção de vulnerabilidade é definida como uma situação em que estão presentes três elementos: exposição ao risco; incapacidade de reação e dificuldade de adaptação diante da materialização do risco. Neste trabalho, o conceito de vulnerabilidade socioambiental está relacionado com a insegurança e a exposição a riscos e perturbações provocados por eventos de natureza ambiental.

O fenômeno da seca pode ter consequências mais graves nas regiões em que os baixos índices pluviométricos são inerentes ao clima, com destaque para a região do semiárido brasileiro. De acordo com Campos *et al.* (1994),

o semiárido é caracterizado por um regime de chuvas irregular e escasso, com insuficiência de precipitação concentrada da ordem de 800 mm por ano. Neste domínio morfoclimático, a caatinga é a vegetação predominante. Este tipo de vegetação está adaptado a um quadro de distribuição irregular das chuvas ao longo do ano, com temperaturas que variam entre 22 e 28°C, com altos níveis de insolação (cerca de 2.800 horas por ano). A chuva está concentrada na chamada “estação úmida”, com duração de três a quatro meses. Nesta região, a evaporação é muito intensa durante todo o ano, particularmente na estação úmida. Sendo assim, as perdas devido à evaporação, após as chuvas, são enormes, o que diminui o escoamento superficial e, sobretudo, a infiltração subterrânea (Campos *et al.*, 1994, p.4).

Existe uma relação positiva entre demanda por água e desenvolvimento, ou seja, quanto maior o nível de desenvolvimento de uma determinada sociedade, maior tende a ser o consumo de água observado (WWAP, 2015). No caso do semiárido brasileiro, essa relação aparece de uma maneira mais complexa. Por um lado, a escassez de água limita o desenvolvimento e a reprodução da vida nos domicílios, com a ampliação da vulnerabilidade socioambiental. Por outro lado, a falta de recursos e de desenvolvimento na região dificulta

a criação de mecanismos eficientes para amenizar as limitações impostas pela distribuição irregular das chuvas na região.

Os possíveis impactos das mudanças climáticas são fatores também relevantes no caso dos municípios do semiárido brasileiro. O quinto relatório de avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, 2013) revela que as mudanças climáticas em curso deverão mudar os padrões de disponibilidade hídrica e pluviosidade no Brasil, assim como em outras partes do mundo. O relatório recente do Instituto Nacional do Semiárido (INSA, 2011) demonstra que as mudanças climáticas estão associadas à ampliação da desertificação no semiárido brasileiro, incluindo a porção setentrional do estado de Minas Gerais. Neste contexto, estudos que exploram as relações entre variações climáticas, seca, desenvolvimento e vulnerabilidade socioambiental são fundamentais para a formulação de políticas públicas eficazes nas escalas local e regional. Políticas públicas voltadas para a mitigação e, sobretudo, para a adaptação às mudanças climáticas nos territórios de desenvolvimento explorados neste estudo são fundamentais num contexto de enormes desafios ambientais em suas múltiplas escalas.

Tucci et al. (2000) tratam o tema da água de forma a desenvolver o cenário de transição institucional da gestão dos recursos hídricos no Brasil, a situação atual e as tendências futuras, partindo dos seguintes aspectos: tecnológico; científico; desenvolvimento de recursos humanos; desenvolvimento urbano; institucional; energia e eventos críticos. Os autores defendem a revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos, “a implementação dos comitês com as suas respectivas agências e o desenvolvimento de programas nacionais e regionais que atuem sobre os principais problemas emergentes identificados” (TUCCI et al., 2000, p. 42).

Rebouças (2001) afirma que saber usar a água disponível é mais importante que ostentar a escassez ou abundância e reforça a necessidade de diminuição dos grandes desperdícios de uso da água, seja no âmbito doméstico, agrícola ou industrial, além da necessidade de uma substancial redução dos níveis de degradação da sua qualidade. O autor destaca que o desenvolvimento de práticas de gestão integrada da água disponível inicia-se por meio da chuva, captada por cisternas, do subsolo, dos rios e da água de reuso não-potável.

Além da construção de açudes, poços e barragens, uma estratégia recorrente de convívio com a seca das populações rurais do semiárido mineiro tem sido a construção de cisternas. Na última década, o governo federal investiu um montante considerável de recursos no Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC). Este projeto trouxe impacto significativo para as áreas rurais da porção setentrional do estado de Minas Gerais.



O recorrente plantio de eucalipto na porção setentrional de Minas Gerais tem gerado preocupações em relação ao impacto da monocultura na disponibilidade hídrica. Se, por um lado, a seca impacta no crescimento e na evolução das plantações de eucalipto (VOSE; SWANK, 1994), por outro lado, as monoculturas têm gerado impactos significativos na disponibilidade hídrica do solo. A situação se torna mais dramática em áreas em que o eucalipto convive com o desmatamento de locais com nítida vocação de proteção do ecossistema (LIMA, 2004).

Em resumo, a questão da disponibilidade hídrica e o convívio com a seca exigem a atuação presente do Estado, com a estruturação de planos que subsidiem a implantação de políticas integradas.

### **4.3 Disponibilidade Energética**

No Brasil, de forma geral, a distribuição de energia para os moradores do campo foi caracterizada, historicamente, pela injustiça e pela exclusão presentes no tratamento diferenciado dessa população. Segundo Camargo e Ribeiro (2015),

a falta de interesse de atendimento por parte das concessionárias e permissionárias de tal serviço acabava por ser amparada pelos mecanismos de regulação. Limites de investimento em novas ligações, investimento seguro, limitação ao investimento, em virtude de garantir a modicidade tarifária representam as diversas formas pela qual o não atendimento aos moradores das áreas rurais, sobretudo os mais pobres, encontrou abrigo legal no dia a dia das empresas que exploram o serviço público de distribuição de energia elétrica (Camargo e Ribeiro, 2015, p. 4).

Diante disso, o Programa Luz para Todos, lançado pelo Governo Federal em 2003 (Lei 10 762), buscou ampliar a distribuição de energia elétrica nas áreas rurais do país. Ao todo, 3.2 milhões de domicílios foram atendidos, permitindo o acesso à energia elétrica a mais de 15 milhões de pessoas. Esse programa ampliou sensivelmente o atendimento de energia elétrica nas áreas rurais da porção setentrional do estado de Minas Gerais, embora os dados divulgados no diagnóstico multidimensional da pobreza, elaborado pela FJP (2017), demonstrem que ainda são significativos os pedidos de ligação de energia no campo nas áreas de interesse deste projeto.

Segundo Camargo e Ribeiro (2015), o Programa Luz para Todos reduziu significativamente o universo de pessoas no campo que poderão ser atendidas por meio do decreto 7 520, sobretudo aquelas localizadas em áreas em que o custo da ligação seria mais elevado. Diante disso, o Governo do Estado de Minas Gerais, por meio da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), poderá buscar alternativas para ampliar o acesso à energia nas áreas de maior vulnerabilidade social, seja por meio da ampliação da rede tradicional, seja

por meio da criação e incentivo a formas alternativas de geração de energia, a exemplo da energia solar.

A potencialidade dos territórios do norte e nordeste de Minas para a energia solar é considerada uma alternativa viável, devido à intensidade alta da irradiação direta e da sazonalidade baixa. Assim, de acordo com Tiba et al. (2017), a energia solar torna-se, como em muitos cenários pelo mundo, uma importante alternativa de fontes de energia.

Além disso, tais regiões são planas e contínuas, com boa disponibilidade de recursos hídricos de boa qualidade, sendo eles bem distribuídos e abundantes.

No que concerne à radiação solar global (Figura 1) verifica-se que a metade do Estado [de Minas Gerais] mais precisamente que todo o lado ocidental, possui radiação solar global diária, média anual entre 5,5 a 6,5 kWh/m<sup>2</sup> dia. Quanto à radiação solar direta normal diária, média anual, também coincide com a mesma região (Figura 2). (TIBA et al., 2017, p. 54).

Figura 1: Radiação Média Diária Anual, Minas Gerais





Atualmente, está em discussão no Brasil a elaboração do Plano Nacional de Saneamento Rural (PNSR), resultado das diretrizes presentes no Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) e na Lei nº 11 445/2007, que delegam a responsabilidade de formulação do PNSR ao Ministério da Saúde. O PNSR é necessário diante das especificidades do meio rural em relação às áreas urbanas, que apresentam vantagens logísticas advindas da concentração populacional. A existência de especificidades ambientais, tecnológicas e socioeconômicas das regiões brasileiras e dos diversos tipos de comunidades exige um plano que contemple formas particulares de intervenção em saneamento básico. As estratégias de intervenção devem promover a equidade, a integralidade, a intersetorialidade e a sustentabilidade dos serviços de saneamento básico do campo (FUNASA, 2016).

O saneamento rural é pensado de maneira distinta para áreas adensadas, dispersas, isoladas e próximas a centros urbanos. O saneamento rural está intrinsecamente ligado à promoção da saúde, à erradicação da pobreza e ao desenvolvimento rural solidário. Os eixos estratégicos para a melhoria do saneamento rural do Brasil, conforme divulgado no PNSR são: (1) tecnologia, com ênfase nas tecnologias sociais e no saneamento rural ecológico adequado às peculiaridades locais; (2) gestão, operação e manutenção dos serviços; (3) educação e mobilização social (FUNASA, 2012).

Os principais desafios do saneamento rural no Brasil estão relacionados: à universalização; à promoção de um conceito ampliado do que seja rural; à participação social; à compreensão sobre as características e às necessidades das comunidades em diferentes contextos no país; à integração com políticas públicas em diferentes níveis; e às abordagens intersetoriais e transversais (FUNASA, 2016b).

Existem alternativas para o saneamento em áreas rurais mais afastadas das aglomerações locais, a exemplo da instalação de biodigestores. O processo de biodigestão de resíduos, no Brasil, foi desenvolvido para a produção de gás, como afirmam Novae et al. (2002). O objetivo era converter a energia do biogás em energia elétrica por meio de geradores, permitindo uma melhora nas condições rurais, como o uso de ordenheiras na produção do leite. Tal processo é uma possibilidade realista para a melhoria do saneamento rural, como afirma Novaes (2002).

Em suma, o biodigestor aqui desenvolvido tem dois objetivos: 1) substituir, a um custo barato para o produtor rural, o esgoto a céu aberto e as fossas sépticas e 2) utilizar o efluente como um adubo orgânico, minimizando gastos com adubação química, ou seja, melhorar o saneamento rural e desenvolver a agricultura orgânica. (NOVAES *et al.*, 2002, p. 1).

Tanto a política nacional de saneamento básico (Lei nº 11 445/2007) quanto a elaboração do Plansab e do PNSR são instrumentos que podem impulsionar o desenvolvimento

sustentável, caso a sociedade se mobilize para o atendimento das demandas históricas relacionadas ao saneamento básico no campo, buscando a conformação de uma realidade dominada pela justiça, ampliação da saúde e igualdade de oportunidades no acesso aos serviços básicos.

## 5 ACESSO À TERRA

A implementação de políticas de desenvolvimento territorial é fundamental para o enfrentamento da pobreza no campo, com destaque, sobretudo, para aquelas ancoradas na descentralização da posse da terra e do poder político, assim como na ampliação dos espaços democráticos e do empoderamento das comunidades e dos indivíduos do campo (Miranda e Tiburcio, 2011). No âmbito dessas políticas, esta seção aborda os temas de regularização fundiária, reforma agrária e demarcação de terras para povos e comunidades tradicionais.

### 5.1 Titulação de terras e identificação de terras públicas

Do ponto de vista conceitual, regularização fundiária rural significa garantir juridicamente a posse da terra rural a quem nela habita, ou seja, garantir a titulação das terras. A regularização se faz ainda mais importante no caso dos agricultores familiares, pois garante sua permanência na terra. Segundo Melo e Medeiros (2014, p. 1), “a regularização fundiária rural consiste numa ação sociopolítica de garantia da segurança jurídica do título de propriedade aos agricultores familiares, contribuindo para sua permanência na terra e seu acesso às políticas públicas”.

A literatura que trata da regularização fundiária no Brasil dá ênfase à questão fundiária das áreas urbanas, o que explica a escassez de estudos sobre essa temática com foco nas áreas rurais do país.

O trabalho de Ferreira e Ferreira Neto (2017) aponta que a atual estrutura fundiária do Brasil reflete um longo processo de acumulação de terras por uma pequena parcela da população. A reforma agrária, segundo os autores, vem sendo feita de forma pontual e fragmentada, mas seria uma solução para promover a justa distribuição das terras. Ferreira e Ferreira Neto (2017) apresentam uma nova proposta de organização territorial dos assentamentos rurais, com a utilização do “Sistema de Organização Territorial da Reforma Agrária e Planejamento Ambiental (SOTER-PA)”, o que, segundo eles, é uma “ferramenta que possibilita o delineamento dos assentamentos rurais com parcelas familiares mais homogêneas do ponto de vista da capacidade produtiva proporcionando às famílias beneficiadas condições mais igualitárias de produção” (p. 1). Essa ferramenta é constituída por um *software* que possibilita o “delineamento de lotes com capacidade produtiva agrícola mais homogênea, além de possibilitar excluir do parcelamento as Áreas de Preservação Permanente (APPs), bem como as de Reserva Legal e outras áreas destinadas ao uso coletivo” (Ferreira e Ferreira Neto, 2017, p. 3).

O *software* SOTER-PA foi utilizado no Projeto de Assentamento PA Veredas, situado no município de Padre Paraíso, no Território de Desenvolvimento do Médio e Baixo Jequitinhonha, que se insere na área de estudo do Diagnóstico Multidimensional da Pobreza Rural. De acordo com Ferreira e Ferreira Neto (2017), o uso do SOTER-PA possibilitou a realização de um parcelamento mais homogêneo, “tanto no que se refere à capacidade produtiva quanto à dimensão das áreas, além de ter gerado lotes, de maneira geral, com melhor capacidade produtiva, se analisados os índices de produtividade em valores absolutos” (p. 6).

O artigo de Borges (2004) mostra, em uma perspectiva histórica, que apesar dos resultados da reforma agrária não terem sido expressivos, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que foi criada em 1963, contabiliza

o papel de criar as condições legais para o surgimento, entre fins dos anos 70 e o início dos 80, dos chamados novos personagens em luta pela terra. Referimo-nos, especificamente, aos *atingidos por barragens* das regiões onde se construíam novas hidrelétricas; ao *movimento dos pequenos produtores rurais*, constituído pelos excluídos do processo de modernização da agricultura feita sem qualquer alteração na estrutura fundiária; [...] e, finalmente, ao *movimento dos sem-terra*, surgido em 1984, com o lema “terra não se ganha, se conquista” (BORGES, 2004, p. 322).

Leite (2010), mostra, também a partir de uma perspectiva histórica, a formação da mão de obra “boia fria” do Vale do Jequitinhonha. Segundo a autora, a formação dos boias frias está relacionada ao baixo dinamismo econômico da região, com a presença da agricultura apenas para a subsistência, incapaz de alavancar o desenvolvimento econômico regional. As áreas “vazias economicamente”, seriam responsáveis pela miserabilidade local, o que deveria ser combatido com a introdução de programas de desenvolvimento econômico. A Reforma Agrária não era tida como uma solução para a região. Nesse contexto, o governo criou o Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha, na década de 1970, como forma de homogeneizar regionalmente as relações de produção. No entanto, a partir dessa instituição ocorre a destituição dos pequenos produtores de suas terras, em favor da produção extrativista em larga escala. Adicionalmente, foi criada a RuralMinas, em 1966, com o papel de regulamentar os projetos de colonização do estado de Minas Gerais. Essa instituição promoveu a venda de terras devolutas do Estado para os moradores locais, estimulando a formação de latifúndios e a concentração de terra. A partir dessa política, surgiram “fazendeiros” que se tornaram proprietários de grandes parcelas de terras. Outra parte das terras públicas também foi vendida por grileiros, sem que tivessem a propriedade das terras que posteriormente, foram vendidas para grandes empreendimentos de plantio de eucalipto.

Diante disso, Leite (2010) conclui que os produtores rurais do Vale do Jequitinhonha foram destituídos de suas terras por empresas que as empregaram em produções monocultoras

extrativistas (plântio de eucalipto pela Codevale) e, com isto, não tiveram outra saída senão se tornarem “boias frias”.

Complementando, Matos e Pessoa (2011) afirmam que

o Estado, ao promover a modernização da agricultura, [a partir da década de 1950], o fez à base de exclusão social, deixando de lado a imensa maioria dos produtores rurais, responsáveis, até hoje, pela produção da maior parte dos alimentos consumidos pela população brasileira (p. 299).

Um dos mecanismos apontados por Fatorelli e Mertens (2010), que auxiliaria na regularização fundiária na área rural, são os Projetos de Assentamento de Reforma Agrária. Esses projetos poderiam inclusive auxiliar na retenção dos agricultores familiares no campo, diferentemente do que ocorreu no Vale do Jequitinhonha. Os projetos de assentamentos de reforma agrária foram regulamentados pela Resolução nº 387/2006, que determina não apenas destinar áreas para a produção rural dos pequenos agricultores sem-terra, mas também comportar uma série de

[...] ações planejadas e desenvolvidas em área destinada à reforma agrária, de natureza interdisciplinar e multissetorial, integradas ao desenvolvimento territorial local e regional, definidas com base em diagnósticos precisos acerca do público beneficiário e das áreas a serem trabalhadas, orientadas para utilização racional dos espaços físicos e dos recursos naturais existentes, objetivando a implantação dos sistemas de vivência e produção sustentáveis, na perspectiva do cumprimento da função social da terra e da promoção econômica, social e cultural do trabalhador rural e de seus familiares. (FATORELLI; MERTENS, 2010 p. 403).

Esquerdo e Bergamasco (2013) ao analisar a implantação de novos assentamentos de reforma agrária entre 2000 e 2010, apontam que, apesar do aumento do número de assentamentos (durante o governo Lula), não houve alteração na estrutura agrária brasileira, que permaneceu fortemente concentrada. As autoras concluem que a “reforma agrária é uma política essencial para ajudar na erradicação da pobreza, pois com a real distribuição de terras, diminui-se também a concentração de renda” (p. 568).

Um ponto controverso na literatura diz respeito à regularização fundiária em Unidades de Conservação (UCs) – ou áreas de reserva ambiental – e de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e a conversão dessas terras em áreas disponíveis para a agricultura.

Muitas APPs e UCs que deveriam ser públicas, hoje são privadas, porque os governos não disponibilizaram recursos para desapropriar as áreas necessárias à criação de reservas ambientais e devido a questões relacionadas ao registro fundiário. De acordo com Sparoveck *et al.* (2012 *apud* SILVA; RANIERI, 2014, p. 116),

de um total de 103 Mha de APPs no país, apenas 86 Mha tem cobertura com vegetação natural. No caso das reservas legais, a área total necessária para atender a obrigação legal foi estimada em 254 Mha. No entanto,



mesmo que toda a vegetação natural existente fora de unidades de conservação e APPs pudesse ser averbada como reserva legal, 43 Mha de terra ainda teriam de ser restaurados e o uso agrícola existente interrompido.

Em 2009, apenas 3% dos imóveis rurais de Minas Gerais possuíam reserva legal. A área de reserva legal, o que corresponde a uma área averbada no Estado de 4.521km<sup>2</sup> (SILVA; RANIERI, 2014). A Lei 12 651 de 2012 (Código Florestal) determinou a criação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), com o objetivo de facilitar a regularização fundiária de UCs<sup>4</sup>. As UCs de domínio público,

como Reservas de Desenvolvimento Sustentável ou Reservas Extrativistas, podem ser usadas, desde que de forma sustentável. Assim, as populações que lá habitam podem obter uma Cessão de Direito Real de Uso (CDRU), que regulariza o uso da terra e o direito de moradia de acordo com o plano de uso. No entanto, o CDRU pode estabelecer um limite de tempo para esta posse e não permite venda, apenas a transmissão hereditária (O QUE, 2015).

Assim, as UCs de domínio público podem estar de posse de um agente privado, embora a propriedade não possa ser vendida, ou seja, a terra não é de propriedade do agente privado.

Os povos e comunidades tradicionais foram mais bem delimitados com a criação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNDPCT) – Decreto nº. 6 040/07. Segundo o Ministério do Meio Ambiente,

a Política é uma ação do Governo Federal que busca promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições<sup>5</sup>.

---

4 Disponível em: <http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28882-o-que-e-regularizacao-fundiaria/>. Acesso em 29 mai. 2017.

5 Disponível em: <http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/terras-ind%C3%ADgenas,-povos-e-comunidades-tradicionais>>. Acesso em 26 abr. 2017

## **6 ACESSO A SERVIÇOS**

Esta seção focaliza diversos aspectos relacionados ao acesso a serviços por parte da população residente em áreas rurais. De início, na seção 6.1, o foco está na discussão sobre envelhecimento populacional, resultante do processo de transição demográfica no Brasil e que tem apresentado ritmo especialmente veloz no setor rural, onde os efeitos da redução da fecundidade se somam à emigração de jovens, em idade ativa e reprodutiva, do meio rural para o meio urbano.

Em seguida, na seção 6.2, o acesso a serviços por parte da população residente no campo é focalizada sob a ótica de assistência social, tendo em vista a elevada concentração de população socialmente vulnerável exatamente no meio rural. Já na seção 6.3 ênfase especial é dedicada à juventude no campo, mais especificamente na baixa permanência desse segmento populacional na área rural, o que requer a formulação de políticas visando reparar tal situação. Essa questão está fortemente relacionada ao êxodo rural, que também será focalizado mais detidamente, assim como à sucessão, que impacta diretamente o acesso à terra e, portanto, aos serviços disponíveis para a população rural.

### **6.1 Envelhecimento populacional**

A população brasileira tem experimentado, nas últimas décadas, um processo de transição demográfica que tem se intensificado a cada ano, marcado por um crescente envelhecimento populacional, com impacto no público-alvo das políticas públicas. A proporção de idosos acima de 60 anos em relação à população total passou de 8,6% em 2000 para 10,8% em 2010.

Em Minas Gerais, a proporção de idosos é ligeiramente superior (11,8%) ao total do Brasil, revelando uma população um pouco mais envelhecida. De acordo com as projeções do IBGE, em 2035 a população idosa brasileira irá superar a população jovem, em termos relativos. No entanto, essa projeção considerava que a proporção de idosos com mais de 60 anos ficaria abaixo de 10% da população total em 2010, mas ela foi, de fato, superior. Isso mostra que o processo de envelhecimento da população no Brasil está ocorrendo em um ritmo um pouco mais intenso do que o esperado e, provavelmente, a proporção de idosos deverá superar a de jovens antes do previsto. Com uma população mais envelhecida, a proporção de idosos morando sozinhos também tende a aumentar.

Em 2010, em Minas Gerais, 13,7% do total de idosos, com 60 anos ou mais de idade, estavam morando sozinhos. Esse cenário deve acarretar consequências em políticas públicas, como as de saúde, tendo em vista que esse grupo etário é vulnerável e essa vulnerabilidade é potencializada pela ausência do auxílio de pessoas mais jovens no

domicílio. Na área rural a emigração de jovens contribui para acelerar o processo de envelhecimento populacional.

A revisão da literatura referente ao acesso aos serviços e envelhecimento populacional inserida neste relatório tem como pano de fundo o direito universal à saúde e à assistência social, que, ao lado da previdência social, formam o tripé da seguridade social no Brasil.

Longo *et al.* (2012) apontam que as mesorregiões Norte/Jequitinhonha/Mucuri/Vale do Rio Doce, tipicamente carentes de infraestrutura, apresentam aglomerados de municípios com alta quantidade de idosos morando sozinhos em locais de alta vulnerabilidade, assim como grandes aglomerados de municípios com alto risco para os poucos idosos que ali residem, ou seja, que a correlação entre “independência” de morar sozinho pode ser, na verdade, um indicativo de vulnerabilidade.

Alguns municípios na mesorregião do Vale do Jequitinhonha formam áreas de alta proporção de idosos morando sozinhos e com precariedade de serviços de saúde (alto índice de vulnerabilidade). Essas regiões podem ser consideradas críticas e merecem atenção em termos de políticas públicas.

Longo *et al.* (2012) também destacam o aumento, em termos absolutos e proporcionais, da população idosa que mora sozinha associado à prevalência maior de deficiências, principalmente a motora. Tal associação remete à importância que deve ser dada aos serviços de saúde e da assistência social pautados na busca ativa e com visitas domiciliares dos profissionais como, por exemplo, o próprio Programa Saúde da Família (PSF). O crescimento esperado do percentual de idosos que residem sozinhos e que se encontram em uma região com deficiência no acesso aos serviços de saúde representa um importante desafio no âmbito das políticas públicas.

Ao se pensar na implementação de ações ou potencialização de ações existentes em políticas públicas, em especial do PSF/Sistema Único de Saúde (SUS), deve-se levar em conta a maior facilidade de acesso à rede de saúde e a necessidade de programas que visem especificamente essa faixa etária. Esses dois elementos podem ter um impacto positivo na qualidade de vida dos idosos, e em especial dos que moram sozinhos. As ações devem priorizar as áreas de maior vulnerabilidade, e em especial, os idosos que moram sozinhos e os que apresentam alguma deficiência (LONGO *et al.* 2012).

A literatura também destaca a forte correlação, principalmente no meio rural, entre vulnerabilidade da população idosa e o êxodo da população jovem (RIBEIRO *et al.*, 2014). A saída dos jovens em busca de melhores oportunidades de educação, lazer, trabalho e renda

tem estreita correlação com o nível de cuidados disponíveis para os idosos, com a consequente redução da rede de apoio. Tais realidades devem ser levadas em consideração na proposição de ações por parte de gestores municipais e estaduais. Segundo Ribeiro *et al.* (2014), a porção setentrional de Minas Gerais caracteriza-se por intenso fluxo migratório para fora da região, pequena oferta de emprego e baixa taxa de urbanização. Os autores apontam como causas para o processo de emigração de parcela substantiva da força de trabalho as maiores possibilidades de escolarização no meio urbano, maior integração cidade-campo e a insatisfação com os ganhos no meio rural.

Outro aspecto do fenômeno envelhecimento da população diz respeito à coresidência, uma vez que a maior longevidade permite às pessoas viverem mais e amplia o número de famílias com a presença de idosos. A coresidência tem sido uma prática generalizada nos arranjos familiares com a presença de idosos, independentemente de o idoso ser ou não o chefe da família. Essa prática pode ocorrer devido ao adiamento da saída dos filhos por questões econômicas, como também pela inserção do idoso na residência dos filhos, decorrente da necessidade de cuidados, o que varia de acordo com o contexto cultural (DOMINGUES *et al.*, 2013).

Assim, para o planejamento local de ações de saúde é necessário o reconhecimento das variáveis sociodemográficas, econômicas e das condições de saúde de idosos que coresidem com familiares. É importante também inserir esse novo arranjo familiar como contexto de cuidados no SUS, bem como na assistência social.

Muitas vezes, o arranjo familiar é composto por netos na coresidência e os idosos exercem o papel de apoio para os netos e filhos, seja para que eles trabalhem, porque apresentam alguma deficiência ou mesmo pelo insucesso na tentativa da vida fora do contexto familiar. Conviver tem ainda se mostrado uma solução para a solidão e para a falta de recursos econômicos da família (Silva *et al.*, 2007; Cruz 2009). A renda do idoso, garantida por meio de aposentadoria ou de benefícios federais – Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC), pode representar a única fonte de renda regular do domicílio. Diante disso, o idoso acaba por repartir um recurso que, na maioria das vezes, já seria insuficiente para garantir acesso amplo e irrestrito a bens básicos e essenciais para a reprodução da vida e, também, a outros serviços em geral.

O monitoramento e o mapeamento do perfil sociodemográfico dos idosos é de fundamental importância para a implementação de serviços, programas e ações capazes de garantir os direitos constitucionais, bem como adequá-los às necessidades sentidas da população em questão.

No Brasil, é possível observar alguns avanços recentes na legislação que trata das questões associadas ao idoso, a exemplo da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (BRASIL, 2006) e, em Minas Gerais, da criação do Plano Mineiro de Atenção à Pessoa Idosa (MINAS GERAIS, 2014). O plano é medida que se impõe a fim de articular ações públicas de atendimento aos idosos e fornecer condições para que a pessoa idosa possa alcançar seus direitos, concretizar suas potencialidades e ter um envelhecimento digno e ativo. O mapeamento e coordenação de políticas públicas voltadas para o idoso, no âmbito do Plano Mineiro de Atenção à Pessoa Idosa visa, nessa concepção, fortalecer a Política Nacional e Estadual do Idoso e reforçar a aplicabilidade do Estatuto do Idoso, garantindo a efetividade dos direitos da pessoa idosa.

De acordo com o plano mineiro, as políticas públicas devem ser orientadas por um fundamental marco teórico do envelhecimento: a perspectiva *Life-Span*, que propõe a alteração da visão de que a pessoa idosa deve ser tratada como um ser passivo e doente, concebendo, por sua vez, o desenvolvimento como uma possibilidade durante todo o percurso de vida.

A criação do Conselho Nacional de Direitos do Idoso (CNDI), prevista na Política Nacional do Idoso (PNI), é um ponto importante para discussão. O estudo de Marques et al. (2012) destaca as dificuldades enfrentadas para o funcionamento efetivo dos Conselhos de Direitos no Brasil, e salienta que em todos os níveis existem desafios colocados aos agentes que se dispõem a defender a garantia dos direitos dos idosos. No âmbito municipal, muitas são as particularidades dos municípios e, conseqüentemente, dos conselhos ou da inexistência desses espaços. Segundo Santos Jr et al. (2004)

[...] os municípios brasileiros diferem muito no que respeita à constituição dos espaços conselhistas. Não só o grau de associativismo da população é bastante diferenciado entre as regiões, e mesmo no interior das cidades, como também há diferenças significativas entre os padrões de relação entre o poder público e os espaços conselhistas. Em conseqüência, são muito distintas as possibilidades de constituição dos conselhos em razão dos diversos contextos sociais – heterogêneos e diversificados – que caracterizam a realidade brasileira (p. 18).

Dentre as mais variadas realidades locais, o grande desafio colocado aos conselhos municipais é o seu funcionamento efetivo, com a aglutinação de pessoas em torno do controle social das políticas públicas, de forma que os cidadãos possam participar da vida política de sua localidade. No entanto, para garantir essa participação da população é necessário empenho dos governos (municipais, estaduais e federais) na organização desses espaços. Para que os conselhos funcionem adequadamente são necessárias infraestrutura e autonomia da sociedade, sem tutela de gestores e partidos (Faleiros, 2011).

Nessa perspectiva, o Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Envelhecimento da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (NEPE /UFVJM) constitui instrumento importante para estimular a organização da população idosa na região dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. A atuação do NEPE/UFVJM evidencia a contribuição da extensão universitária não só para a efetivação dos conselhos municipais do idoso na região, como também seu papel na formação profissional dos estudantes, no fortalecimento das políticas de atenção ao idoso, na construção de um novo paradigma de envelhecimento e no fortalecimento da universidade enquanto espaço democrático de construção social. Esse Núcleo, além disso, configura-se como elemento importante no estabelecimento de parcerias locais e criação de redes intersetoriais que possam contribuir para efetivação dos direitos da pessoa idosa.

O estudo de Barros et al. (2011), realizado com os integrantes de dois grupos de convivência de idosos que possuem assento no Conselho Municipal de Idosos de Teófilo Otoni, demonstra a necessidade de fortalecer o papel do conselho do idoso junto à população e à sociedade civil organizada e a divulgação dos direitos dos idosos, sobretudo os garantidos pelo Estatuto do Idoso, pois os participantes demonstraram desconhecimento acerca de tais direitos.

Nessa mesma direção, Oliveira e Souza (2016), em projeto de intervenção realizado no Distrito de Topázio com o objetivo de orientar e esclarecer sobre os direitos relacionados ao BPC, destacam a desinformação dos candidatos ao benefício. A desinformação aumenta a possibilidade de manipulação e de abusos por parte dos que mediam o acesso a serviços, que poderiam, por exemplo, se apropriar dos cartões de crédito, pensão ou rendimentos de idosos. Podem, além disso, ensejar casos de violência contra o idoso.

## **6.2 Assistência Social**

A Assistência Social como pilar do Sistema de Proteção Social Brasileiro, no âmbito da Seguridade Social, teve seus princípios instituídos pela Constituição Federal de 1988 e foi regulamentada em 1993 com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Em 2004, esses princípios ganharam efetividade com a aprovação da Política de Assistência Social (PNAS) e, em seguida, com uma série de regulamentações sobre a gestão da política, dos recursos financeiros, dos recursos humanos, da oferta e da qualidade de serviços e dos equipamentos. Essas regulamentações foram consolidadas, na Lei 12 435/2011, que instituiu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O SUAS é um modelo de gestão que disciplina a operacionalização da Política de Assistência Social, tendo como diretrizes básicas a descentralização político-administrativa

e o comando único em cada esfera, a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle social e a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política. O SUAS pressupõe um pacto federativo, com definição de competências dos entes federados e níveis de gestão, consubstanciando uma nova lógica de organização das ações, por grau de complexidade, por territorialização, considerando regiões e portes dos municípios, com o objetivo de viabilizar o funcionamento do sistema descentralizado, participativo e a sua regulação em todo o território nacional.

A oferta dos serviços, programas e benefícios socioassistenciais deve ser organizada de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) ou em outras unidades básicas, governamentais ou não-governamentais, conveniadas. A par dessa determinação, os CRAS são equipamentos públicos estatais, instrumentos indispensáveis ao sistema de proteção social de base territorial. Os CRAS são considerados a porta de entrada da rede de proteção social básica do SUAS e, portanto, devem estar localizados em áreas de maior vulnerabilidade social, servindo de referência para as famílias e indivíduos. Os serviços de proteção social de média complexidade são desenvolvidos pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), que podem ter abrangência local ou regional.

O principal programa de proteção social básica do SUAS, que materializa a centralidade na família, é o Programa de Atenção Integral à Família – PAIF, que é ofertado por meio dos serviços sócio assistenciais, socioeducativos e de convivência, além de projetos de reparação para a inclusão produtiva voltados para as famílias, seus membros e indivíduos.

O PAIF é realizado exclusivamente pelo poder público nos CRAS, e tem por perspectiva “o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, o direito à proteção social básica e ampliação da capacidade de proteção social e prevenção de risco no território de abrangência do CRAS” (Brasil, 2005, p. 15).

Carvalho (2011) ao abordar questões relacionadas à política da assistência social ao idoso no município de Serra-ES, após o advento do Estatuto do Idoso, reforça a importância de compreender o processo de envelhecimento relacionado aos fatores sociais. Tal correlação remete à necessidade de políticas públicas e, em última instância, ações e projetos que considerem o processo de envelhecimento em todas as suas dimensões, no âmbito de uma abordagem multi e interdisciplinar e considerando intersectorialidade e integralidade das ações.

O autor destaca ainda que uma das lacunas no caráter das ações municipais, muitas vezes, é a dificuldade de planejar e implementar ações que integrem setores diversos como saúde, educação, assistência social. Essa particularidade não é requisito apenas das políticas e ações para o público idoso, mas sim de todos os campos de políticas públicas.

No que diz respeito aos aspectos legais, a LOAS, em seu art. 20, dispõe sobre o direito ao BPC, que é a garantia por parte do Estado de um salário mínimo mensal ao idoso a partir de 65 anos e a pessoas com deficiência, desde que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e que nem a família tenha condição de fazê-lo. Torna-se fundamental nos municípios o mapeamento desse público para garantir o direito e acesso ao benefício.

Carvalho et al. (2011) destacam que as políticas públicas para conter o problema de incapacidade funcional que acomete, com maior frequência, a população idosa não estão sendo desempenhadas de maneira eficiente. Segundo eles, os dados apontam para o crescimento da incapacidade funcional entre os idosos, principalmente o público feminino, mas as soluções não têm evoluído. Um exemplo bem claro sobre essa questão é a escassez de centros de convivência para idosos, previsto na Lei 8 842, que instituiu a PNI. O Centro de Convivência caracteriza-se como um espaço destinado ao desenvolvimento de atividades socioculturais e educativas, dando oportunidade à participação do idoso na vida comunitária, prevenindo situações de risco pessoal e contribuindo para o envelhecimento ativo. O serviço a ser oferecido nos Centros de Convivência do Idoso encontra-se tipificado como Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, no âmbito da Proteção Social Básica e conforme Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

Esses centros devem fazer um trabalho de promoção de saúde do idoso, mas o número dessas instituições no Estado é insuficiente para fazer face às necessidades, sobretudo no meio rural.

Carvalho et al (2011) também destacam a incipiência da política da assistência social voltada para a população idosa, ressaltando principalmente a necessidade, no tempo mais curto possível, de realizar concursos especificamente para efetivação de profissionais para essa política, ou seja, que possua formação em geriatria e gerontologia. Os autores ainda apontam carência na construção de novos centros de convivência e melhorias das instalações dos locais que abrigam os grupos de convivência.

### **6.3 Baixa permanência da juventude no campo**

A consideração da estrutura etária da população é importante no âmbito do acesso a serviços por apontar a necessidade de ênfase especial não apenas no segmento de pessoas idosas, mas também naquele constituído por jovens em idade ativa. Essa



consideração reveste-se de caráter ainda mais primordial nas áreas rurais, que têm vivenciado, há algumas décadas, com os efeitos de fluxos migratórios de jovens para as áreas urbanas, especialmente de municípios de médio e grande porte. Esse é o caso particular dos territórios de desenvolvimento focalizados neste estudo, como apontado no diagnóstico elaborado pela FJP (2017).

### 6.3.1 Conceito e delimitação

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é considerada jovem a população com idades entre 15 e 24 anos, em três recortes etários: 15 a 17 anos (jovens-adolescentes), 18 a 20 anos (jovens-jovens) e 21 a 24 anos (jovens-adultos).

Não se pode prescindir de um critério cronológico para a elaboração de estratégias e políticas públicas, mas a classificação etária serve apenas como um parâmetro social para o reconhecimento político da fase juvenil, servindo como uma referência imprescindível e genérica para a elaboração de políticas públicas. Esse recorte não deve encobrir as diferenças de classe, escolaridade, sexo, e contexto cultural e social que são diferenciadores quando se fala de juventude. Aliás, a consideração de contexto remete à necessidade de flexibilizar os limites de idade para classificação da faixa de população considerada jovem.

A compreensão de que as políticas públicas para juventude devem ocorrer pelo/para/no território exige que esse território seja analisado, compreendido e conhecido para o desenho de programas, projetos e serviços voltados ao público jovem. As demandas exigem respostas programáticas.

De início, é importante ressaltar que, segundo Abramo (1997, p. 45) “é necessário notar que, no Brasil, diferentemente de outros países, nunca existiu uma tradição de políticas especificamente destinadas aos jovens, como alvo diferenciado do das crianças, para além da educação formal”. A juventude, por mais que apareça na agenda política como uma questão social a ser entendida, enfrentada e processada de forma programática, quase nunca esteve focalizada de forma específica.

Os direitos dos jovens no Brasil começaram a ser discutidos em 2004. A institucionalização da temática juventude ganhou marco regulatório maior, com a Emenda Constitucional 65, no ano de 2010. A Emenda altera o artigo 227 da Constituição Federal e insere o jovem na doutrina da proteção integral e na lógica da prioridade absoluta, fortalecendo o debate sobre o Estatuto da Juventude, que foi sancionado em 5 de agosto de 2013.

O recém-publicado Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013) considera jovem a faixa etária de 12 a 29 anos e, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), trata como adolescentes os jovens que estão na faixa etária de 12 a 18 anos. Por sua vez, a Política Nacional da Juventude caracteriza a juventude como uma condição social, parametrizada por uma faixa etária que, no Brasil congrega cidadãos e cidadãs com idade compreendida entre os 15 e os 29 anos. Esse último recorte é também o definido na Política Nacional de Juventude de Minas Gerais., na Lei 18 136/09. Tais instrumento são de grande relevância para a inserção e reconhecimento dos jovens como sujeito de direitos.

A “juventude rural”, constitui-se de uma categoria social diversa, construída a partir das experiências de trabalho, sociabilidade, troca cultural e interação socioambiental. A heterogeneidade e a multidimensionalidade da categoria “juventude rural”, também devem ser compreendidas a partir dos componentes étnico, de gênero, territorial, de orientação afetivo-sexual e religiosa. Se, por um lado, todos esses componentes devem ser considerados pelas políticas públicas de juventude rural, por outro, a tradição brasileira é pouco permeável a essas questões, haja vista a tendência homogeneizante dos desenhos institucionais das políticas públicas (MENEZES *et al.*, 2014).

Os jovens identificados sob o termo “juventude rural” são bastante diversos. De modo geral, essa categoria compreende pessoas entre 15 e 29 anos, mulheres e homens, da agricultura familiar, da reforma agrária e dos povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, quebradeiras de coco, ribeirinhos, extrativistas, entre outros). São jovens do campo, das florestas e das águas que, segundo o IBGE (2010), somam 8 milhões de pessoas e cerca de 27% da população rural brasileira.

### **6.3.2 Êxodo rural e sucessão**

O êxodo dos jovens do campo para os centros urbanos, uma das causas da aceleração do processo de envelhecimento populacional em áreas rurais, constitui fator geralmente relacionado, pela produção bibliográfica, à pobreza no campo, por implicar em problemas de reprodução social da agricultura familiar e se associar às questões relativas à sucessão da propriedade rural, identidade do trabalho agrícola, entre outros. A baixa permanência da juventude no campo constitui tema central, sobretudo em função de suas consequências, de natureza coletiva. A permanência de adultos e idosos implica no envelhecimento populacional que, com a quebra dos mecanismos de hereditariedade, causa dificuldades de sucessão da agricultura familiar e concentração de terras. Em determinados períodos ocasiona, também, incremento nas proporções da população de bairros periféricos de cidades de médio e grande porte (GERVÁZIO *et al.*, 2014; BOESSIO; DOULA, 2016). A análise das causas do desinteresse dos jovens em permanecer no campo e desenvolvendo

atividades agrícolas, por sua instância, é tema frequente em pesquisas que abordam o segmento juvenil em áreas rurais.

A produção bibliográfica e conceitual mais recente identifica como causas centrais para a baixa permanência da juventude no campo aquelas relativas a trabalho, rendimento e educação (GERVÁZIO *et al.*, 2014; BOESSIO; DOULA, 2016). Assim, são bastante frequentes discussões acerca das razões pelas quais os jovens rurais vão à escola por menos tempo, como o trabalho na agricultura dificulta a educação dos jovens, como as situações de trabalho são piores em contextos rurais, se há, de fato, e enfim, uma desvalorização da vida e do trabalho no campo, por parte de uma população jovem, e como se dão os processos de sucessão de propriedades. Outras questões também são importantes, como aquelas relativas à ausência de serviços sociais (internet, lazer, esportes), dificuldade de formas de consumo, entre outras. São temas que, de alguma forma, se relacionam, direta ou indiretamente, ao acesso à educação, renda e trabalho.

De fato, a leitura do Diagnóstico Multidimensional da Pobreza Rural (FJP, 2017), mostra que, empiricamente, os fatores enfatizados pela bibliografia recente destacam-se quando da análise de dados e informações. O diagnóstico mostra, por exemplo, que em todos os territórios focalizados neste estudo, o percentual de pessoas que, em 2010, recebiam no máximo rendimento correspondente a até  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo vigente no período de referência foi sempre superior a 70% do total. Menos de 10% da população rural desses territórios de desenvolvimento sobreviviam com renda monetária superior a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo e em nenhum deles a porcentagem da população com renda superior a 1 salário mínimo atingiu 1% da população. Assim, a incidência de pobreza e de extrema pobreza difunde-se de maneira abrangente mais em áreas rurais, mais concentrada entre a população rural residente em municípios dos territórios de desenvolvimento do Baixo e Médio Jequitinhonha e do Norte, o que pode se relacionar fortemente com a decisão dos jovens sobre permanecer ou não no campo.

O mesmo ocorre quando informações acerca do nível educacional da população é levado em consideração. Assim, entre os cinco territórios de desenvolvimento focalizados, Mucuri apresentou o maior percentual de residentes na área rural, na faixa entre 6 e 14 anos, que, em 2010, não haviam sido alfabetizados (13%). Em Montes Claros, no território Norte, a taxa de analfabetismo entre a população rural foi de 15,8%, por exemplo. Taxas de analfabetismo entre a população rural, acima de 10%, também foram registradas nos microterritórios de Capelinha, Araçuaí, Itaobim, Governador Valadares, Mantena e Resplendor. Entre os municípios com até 20 mil habitantes predominam aqueles em que pelo menos metade dos jovens com idades entre 15 e 17 anos não completou o ensino

fundamental. Em todos os territórios de desenvolvimento focalizados há um volume expressivo de municípios em que mais de 40% dos jovens ainda não concluíram esse ciclo do processo de aprendizagem. Entre os municípios de pequeno porte, são poucos aqueles com 45% ou mais de jovens, com idades entre 18 e 20 anos que possuem ensino médio completo (FJP, 2017).

A vulnerabilidade de jovens associa-se, logicamente, a seu êxodo de ambientes rurais. No Alto do Jequitinhonha, 20,7% dos jovens moradores de municípios com populações inferiores a 20 mil habitantes não estudam nem trabalham, percentual correspondente a 25,4 no Médio e Baixo Jequitinhonha, 24,8 no Mucuri, 26,4 no Norte e 21,8 no Vale do Rio Doce. Uma proporção correspondente a 4,5% das mulheres moradoras de municípios de pequeno porte no Alto Jequitinhonha, e com idades entre 15 e 17 anos, têm ao menos um filho. Esse é também o caso de 5,7% das jovens, nessa mesma faixa etária, residentes no Médio e Baixo Jequitinhonha, 6,2% das jovens do Mucuri, 7,2% das jovens do Norte e 6,4% das jovens do Vale do Rio Doce. O percentual de unidades familiares com filhos menores de 15 anos, chefiadas por mães que não completaram o ensino fundamental, em municípios com populações inferiores a 20 mil habitantes, mostra-se significativo. Assim, 25,1% dos domicílios com crianças, residentes em municípios de pequeno porte no Território de Desenvolvimento do Alto do Jequitinhonha eram chefiados por mulheres com baixo nível de escolarização. O percentual correspondente é de 24,9 no Médio e Baixo Jequitinhonha, 24,6 no Mucuri, 25,2 no Norte e 24,3 no Vale do Rio Doce (FJP, 2017).

A produção bibliográfica dessa área temática associa as informações levantadas no diagnóstico ao abandono pelos jovens da agricultura e do meio rural, com o intuito de buscar alternativas de trabalho e educação nas cidades (OLIVEIRA *et al.*, 2014); BOESSIO; DOULA, 2016). Oliveira *et al.* (2014) enfatizam que os motivos de saída do jovem do campo estão fortemente ligados à ausência de oportunidade de trabalho e estudo, além de precariedade de infraestrutura, ressaltando a insuficiência de ações do Estado voltadas, especificamente, para jovens habitantes de áreas rurais. Vantropa (2009) associa o êxodo rural, particularmente de jovens, à baixa capacidade de geração de condições de subsistência, novamente relativas às capacidades para geração de trabalho e renda. Para Boessio e Doula (2016), os jovens não apenas se deparam com a escassez de trabalho rural, como tendem a rejeitar as atividades agrícolas, quando disponíveis, por se recusarem a repetir a trajetória social e econômica de seus pais, de limitações de consumo e acesso a bens e direitos, além de problemas da exclusão de parte dos jovens nos processos sucessórios. Esses autores também enfatizam as condições de trabalho, precárias no contexto do campo, e as incertezas de rentabilidade do trabalho rural, como componentes importantes para a tomada de decisão dos jovens para o êxodo. Godoi *et al.* (2009) afirmam

não haver razões percebidas para a permanência dos jovens no campo, pela ausência de atividades capazes de gerar rendimentos atrativos, pelas dificuldades de acesso ao ensino escolar, pelas insatisfações com o rendimento proporcionado pela agricultura e pelo caráter penoso e imagem negativa associados ao trabalho no campo. Segundo Castro et al. (2013), os jovens deixam o meio rural diante das maiores chances de qualificação profissional em ambientes urbanos, da pouca oportunidade de trabalho no campo, das possibilidades de acesso a outras formas de atividades laborais que não agrícolas e da insuficiência de rendimentos proporcionados pelo trabalho agrícola.

Ainda que a literatura mais recente enfatize trabalho e renda como elementos mais preponderantes para se explicar o êxodo de jovens do campo, outras dimensões também devem ser levadas em consideração, pois fatores explicativos de fenômenos sociais dessa natureza normalmente não atuam de maneira única ou isolada. Por isso, emergem na discussão elementos como o acesso ao lazer, o envolvimento e participação em movimentos sociais, a autonomia juvenil, a construção identitária de jovens, associada a valores típicos de ambientes urbanos e a facilidade de acesso ao crédito e às políticas públicas (BOESSIO; DOULA, 2016). A ausência de escolas apropriadas para a educação no e para o campo, a exemplo de escolas famílias agrícolas (EFAs), também acabam por ampliar os níveis de evasão escolar e, também, de êxodo rural.

Pode-se, desse modo, procurar explicar o deslocamento dos jovens rurais a partir de duas dimensões. De um lado, aquela relativa à dificuldade dos jovens para ter acesso à escola e ao trabalho, já mencionados. De outro lado, aquela relativa à “mistificação do estilo de vida urbano no imaginário dos jovens” (GODOY *et al.*, 2009), e à desvalorização de uma vida no campo. São poucas as opções de lazer e entretenimento para jovens em áreas rurais e o acesso a bens disponíveis em contextos urbanos (GERVÁSIO, 2014), em uma situação na qual os contatos entre o campo e a cidade se dão de maneira mais irrestrita, com interesses, temas e costumes próprios de determinadas faixas etárias de ambientes urbanos difundidos em veículos de comunicação (VANTROBA, 2009). Os atrativos dos centros urbanos são diversos, a exemplo de educação mais acessível e de melhor qualidade, universidades, emprego e lazer, o que satisfaria demandas mais específicas para os anseios e desejos de jovens. Além disso, a formação escolar, mesmo aquela disponível em ambientes rurais, se mostra, na maior parte das vezes, mais compatível com as funções urbanas, ainda que precárias (GODOY, 2009).

No que se refere à desvalorização da vida no campo, a fragilidade de uma identidade de classe entre jovens rurais também emerge como fator causal para o êxodo. A desvalorização de suas realidades, de suas vivências cotidianas, das funções do jovem no

contexto de suas comunidades, e de sua comunidade no âmbito das sociedades, normalmente não é levada em consideração no desenho de políticas que buscam fixar jovens no campo, mas é mencionada pela bibliografia na área (OLIVEIRA *et al.*, 2014). O próprio trabalho rural, nesse contexto, é tido como marginalizado, não implicando em perspectivas de desenvolvimento, ou visto a partir da ausência de elementos e rotinas interessantes a jovens (VANTROBA, 2009). Jovens, assim, podem se afastar dos trabalhos do campo por entendê-los como simbolicamente depreciativos (BOESSIO; DOULA, 2016).

Aliado a essas questões, a sucessão rural tem tido amplo destaque na literatura recente. De fato, os modos de processos sucessórios no campo são particularmente importantes, uma vez que, além de constituírem fatores causais bastante frequentes nas discussões, são suscetíveis a ações advindas de políticas a serem implementadas por administrações públicas, ou seja, estão no rol de sua governança.

Um primeiro ponto a se levar em consideração quando se trata dos processos sucessórios diz respeito à própria relação cotidiana com as propriedades familiares. A reprodução da agricultura familiar se dá de modo que o sucessor da unidade produtiva é, tradicionalmente, um dos integrantes da família, ou seja, há um caráter endógeno no processo de sucessão de terras. Desse modo, as garantias de continuidade do trabalho encontram-se, nesse modelo, na disponibilidade dos filhos para a agricultura familiar, e o êxodo dos mais jovens constitui risco para o desenvolvimento desse tipo de trabalho. A sucessão da terra na agricultura familiar ocorre a partir de três dinâmicas: a transferência patrimonial, com a terra sendo passada para a próxima geração; a continuidade da atividade profissional, com a passagem da capacidade de gestão da agricultura familiar; e a retirada dos mais velhos para a gestão do patrimônio, com a diminuição do poder de tomada de decisão dos mais velhos (GODOY *et al.*, 2009).

Jovens, na maior parte das vezes, a despeito do fato de trabalharem em longas jornadas na lida agrícola familiar, não têm autonomia ou capacidade de influência em relação às tomadas de decisão, em um contexto de relações patriarcais que podem influenciar a deliberação quanto a permanecer ou não no campo (OLIVEIRA *et al.*, 2014). Mesmo seus rendimentos são divididos com o dono da propriedade, quando há compartilhamento de renda dos pais com os filhos, o que faz com que os jovens sintam a desvalorização de seu trabalho, situação frequente sobretudo entre as filhas (GERVÁSIO *et al.*, 2014). A transferência patrimonial familiar das gerações mais antigas para as gerações mais novas muitas vezes não ocorre de modo harmonioso, em uma resistência dos mais velhos às modificações exigidas pela complexidade do mercado (BOESSIO; DOULA, 2016). Desse modo, a gestão centralizada de modelos patriarcais de administração da agricultura familiar

dificulta a implementação de inovações nos processos gerenciais, o que faz com que os jovens decidam não assumir as atividades paternas, em busca de autonomia financeira e de trabalho. Soma-se a esse estado de coisas, situações em que a irregularidade de posse de terras, frequente em ambientes em que a pobreza rural é endêmica, dificulta a formalização de processos sucessórios.

O que a literatura aponta de modo claro, nesse contexto, é que políticas públicas que tenham como objetivo a fixação de jovens em regiões rurais serão mais efetivas se levarem em consideração as limitações impostas por modelos tradicionais de gestão familiar de terras, e aquelas impostas por situações em que a posse da terra ocorre de maneira irregular.

As vantagens percebidas pelos jovens para a vida no campo, por outro lado, devem também ser levadas em consideração para o desenho de políticas de fixação deste público. Questões afetivas são capazes de reforçar laços com o campo, assinalando a noção de pertencimento às sociedades rurais (GERVÁSIO *et al.*, 2014), assim como sentimentos de compromisso com famílias e comunidades (BOESSIO; DOULA, 2016), e uma melhoria na percepção da vida no campo, que deixa de ser vista como simplesmente atrasada, mas também tranquila e segura, e sem a rigidez dos horários impostos pelo trabalho urbano. Ademais, segundo certa perspectiva mais pessimista por parte de jovens mencionados pela literatura utilizada, a permanência no campo é mais segura de um ponto de vista laboral, pois o trabalho urbano exigiria uma formação e uma capacitação inalcançável para o jovem rural (GERVÁSIO *et al.*, 2014). Em suma, a permanência do jovem no campo, segundo uma revisão de literatura, depende tanto de condições materiais, como acesso a trabalho, renda, educação, acesso à terra e a condições de sucessão do trabalho agrícola, quanto de condições de sociabilidade, em um processo de valorização da vida no campo (OLIVEIRA *et al.*, 2014).

Algumas ações públicas que buscam atuar sobretudo sobre a dimensão material das causas do êxodo de jovens são mencionadas pela literatura, com ênfase nas políticas implementadas pela União. O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), com início de implementação em 1998, tem como objetivo a disseminação da educação no campo, a partir de projetos educacionais em escolas, direcionados para jovens e adultos beneficiários de projetos de assentamento vinculados ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O Programa procura disponibilizar cursos de alfabetização, formação inicial e continuada, de nível médio, cursos técnicos profissionais, formação superior, especialização e residência agrária de educação no campo. A Pedagogia da Alternância é uma das prerrogativas do Programa, com combinação de atividades

didático-pedagógicas e atividades práticas, com formação profissional voltada para o campo, sem que a formação educacional gere prejuízos para a realização do trabalho agrícola (OLIVEIRA *et al.*, 2014).

Outras ações públicas procuram atuar sobre as limitações geradas pelo processo de sucessão agrícola ou posse de terras. O Plano Nacional de Reforma Agrária, no entanto, tem justamente nos jovens do campo uma limitação de sua atuação. O Plano não inclui os jovens, filhos de assentados, em seus processos. Isso significa que quando de sua autonomia do grupo familiar o jovem tem que dar início a todo o protocolo para assentamento (CASTRO *et al.*, 2013). Procedimentos incluídos na Reforma Agrária ainda não levam em consideração as especificidades dos jovens, ao não disponibilizar serviços sociais fundamentais a esse público, gerando um processo de “envelhecimento dos assentamentos” (CASTRO *et al.*, 2013).

A questão da sucessão tem implicações diretas sobre as condições de reprodução de um modelo de desenvolvimento rural sustentável e solidário. Assim, a dimensão da sucessão torna-se chave para a dinâmica socioeconômica e cultural do trabalhador rural brasileiro, na medida em que o esvaziamento do campo acaba por dar prazo de validade ao modelo familiar e camponês de desenvolvimento rural. Nesse sentido, o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, instituído pelo Decreto 8 736, de 03/05/2016, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, foi elaborado com o desafio de articular as políticas públicas existentes no Governo Federal, bem como elaborar novas políticas que possam garantir a qualidade de vida, o acesso à terra, a geração de trabalho e renda e a efetivação dos direitos das juventudes do campo, das florestas e das águas. O Plano conta com a participação de oito ministérios vigentes à época: Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério das Mulheres, Igualdade Racial, Juventude e Direitos Humanos; Ministério da Educação; Ministério da Cultura; Ministério das Comunicações; Ministério do Trabalho e Previdência Social; Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Saúde.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário, constituído como um conjunto de ações para a promoção do acesso à terra e aos investimentos produtivos, demandam, segundo Castro *et al.* (2013), o cumprimento de um protocolo muito longo e complexo, com a exigência de vasta documentação e elaboração de projetos técnicos a serem avaliados por diferentes instâncias, o que dificulta seu acesso aos jovens. Além disso, os autores ainda destacam uma insuficiência na divulgação do Programa e de suas regras, e a reprovação dos jovens rurais ao acesso aos seus benefícios, sobretudo no início do processo (pelos Conselhos Municipais). O Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) também ainda carece de divulgação mais eficiente, sobretudo entre o público jovem, além de rejeitar a



candidatura de jovens, por priorizar mensurações de risco no empréstimo como critério para seleção de beneficiários. O Pronaf ainda conta com protocolos complexos, sem que haja uma orientação aos jovens para preparação de projetos, o que leva a juventude a ter pouco acesso ao crédito para financiamento de criação ou plantação (CASTRO *et al.*, 2013).

#### **6.4 Populações invisíveis**

O mapeamento das populações ainda não contempladas pelas políticas públicas, sobretudo aquelas não inseridas no Cadastro Único (CAD Único) do Governo Federal, é de extrema importância para as políticas de combate à pobreza rural. O termo, “população invisível” é geralmente destacado na literatura para se referir a moradores de rua ou a outras populações que não estão minimamente amparadas pelo estado nas áreas urbanas do país (MDS, 2009). No entanto, nas áreas rurais existem pessoas ainda não identificadas e contempladas por políticas públicas de combate à pobreza que necessitam ser incluídas nos bancos de dados oficiais.

De acordo com Amaral (2015),

por meio do Cadastro Único, essas pessoas deixam de ser invisíveis aos olhos do poder público e podem, a partir de então, acessar vários programas e ações sociais. O slogan do Cadastro, “conhecer para incluir” evidencia a sua importância para o planejamento das políticas públicas que o utilizam (AMARAL, 2015, p. 5).

O campo concentra boa parte da população pobre em situação de vulnerabilidade social que ainda não está contemplada no CadÚnico, diante dos problemas de logística e de identificação e de acesso do estado a esta população, sobretudo nos lugares mais ermos e nos bolsões mais representativos de pobreza. Torna-se essencial que o Governo Federal, com apoio do Estado, busque atualizar constantemente o CadÚnico e, também, realizar uma avaliação periódica sobre a eficiência e o poder de inclusão do cadastro. Trata-se de uma ação da mais alta relevância para combate à pobreza e à indigência no campo (TORRES, 2010).

A literatura sobre populações invisíveis no campo é bastante incipiente, tendo em vista as evidentes dificuldades de estimar a população não contemplada pelas políticas públicas nas áreas rurais do estado de Minas Gerais. Diante disso, os gestores públicos devem buscar alternativas inovadoras para a identificação desses grupos populacionais, sobretudo com base na parceria com os municípios da porção setentrional do estado.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A síntese das principais discussões sobre questões conceituais e práticas relacionadas às políticas públicas e estratégias de enfrentamento da pobreza rural nos territórios de desenvolvimento do Norte, Mucuri, Alto Jequitinhonha, Médio e Baixo Jequitinhonha e Vale do Rio Doce aponta para a necessidade de abordagem multidimensional, como apontado pelo Diagnóstico elaborado pela Fundação João Pinheiro na primeira fase deste projeto.

Nessa perspectiva insere-se, por exemplo, cotejar o fenômeno da pobreza rural sob a ótica da inclusão produtiva, com destaque para a segurança alimentar e nutricional, diversificação econômica e desenvolvimento local e modelo de produção agrícola no campo. Além dos componentes tradicionais ligados à segurança alimentar e nutricional (oferta e acesso aos alimentos), também interferem nas condições de pobreza ou na vulnerabilidade à pobreza, as políticas de controle fitossanitário e de qualidade dos alimentos. Um leque variado de questões pode ser aduzido a essa discussão, como o desenvolvimento tecnológico e industrial, as políticas por conservação e controle do acesso às bases genéticas, o direito do consumidor, todas permeadas pelas desigualdades de renda e de oportunidades.

No conjunto de fatores associados à pobreza rural, na sua relação com a situação de (in)segurança alimentar destacam-se o acesso à terra, as capacidades humanas (educação e renda), o acesso e participação nos mercados, o acesso a serviços básico e de infraestrutura e as oportunidades de trabalho.

Todas essas questões, em conjunto, ensejam destacar que o panorama de desenvolvimento da economia rural no Brasil tem sofrido modificações, sobretudo em função da ampliação de atividades rurais não agrícolas. Essas atividades abrem novas oportunidades de trabalho e renda mas, ao mesmo tempo, ao demandar maior nível de escolaridade e qualificação também podem resultar em intensificação de desigualdades que acentuam o problema da pobreza rural. Isso, porque a parcela da população residente no meio rural, especialmente no caso da fração residente nos territórios de desenvolvimento focalizados neste trabalho, apresenta baixo nível de escolaridade, o que as torna menos aptos a se inserir nas atividades produtivas em ocupações de maior remuneração.

Em meio à consolidação do novo rural ganha destaque, então, o desenvolvimento local, que deve estar associado a iniciativas capazes de articular ações coletivas, explorando as potencialidades locais nos diferentes contextos. No caso do desenvolvimento local rural, as políticas vigentes são basicamente originárias de ações do Governo Federal, com pouca conexão com as especificidades municipais e, portanto, de resultados pífios em relação a mudanças estruturais ou erradicação da pobreza. Para fazer face a esse problema têm ganhado destaque propostas de desenvolvimento rural sustentável, incorporando noções de

equidade social e buscando ações em sintonia com a força de organização social das famílias mais pobres. Aí se inserem as demandas criadas por movimentos sociais em torno da agricultura familiar e da reforma agrária. A consecução dessas demandas requer a adoção de modelos distintos de produção agrícola que combine, ou distinga, de um lado, agronegócio, caracterizado pela monocultura, trabalho assalariado e produção em larga escala, e de outro lado, agricultura familiar.

A fim de incluir os pequenos produtores no desenvolvimento rural é necessário aumentar o acesso deles às políticas de crédito e de aperfeiçoamento técnico, o que implica investir na criação de alternativas com base no diálogo com os movimentos sociais do campo.

O enfrentamento da pobreza rural sob a ótica multidimensional remete também para a consideração de questões relacionadas à infraestrutura, como saneamento rural, disponibilidade energética, água e preservação ambiental. O saneamento rural, que tem interface estreita com a saúde, pode impactar as ações visando a erradicação da pobreza rural, sendo um dos motivos que desencadeou a proposta de elaboração de um Plano Nacional de Saneamento Rural, no âmbito do Ministério da Saúde. O Plano, que deverá apresentar alternativas distintas por áreas adensadas, dispersas, isoladas e próximas a centros urbanos, terá como eixos centrais a tecnologia, com ênfase nas tecnologias sociais e no saneamento rural ecológico adequado às peculiaridades locais; a gestão, operação e manutenção dos serviços; e a educação e mobilização social. Entre os desafios a serem enfrentados inserem-se a ampliação do conceito de rural, a participação social, a compreensão das especificidades das comunidades em diferentes contextos e a abordagem intersetorial e transversal.

No que diz respeito à disponibilidade energética, um dos grandes desafios é buscar alternativas para ampliar o acesso à energia nas áreas de maior vulnerabilidade social, como as comunidades tradicionais. Isso requer a ampliação da rede tradicional por meio da criação e incentivo a formas alternativas de geração de energia, a exemplo da energia solar.

A questão hídrica, central para a formulação de propostas visando desenvolvimento rural e erradicação da pobreza no campo, requer políticas públicas voltadas não apenas para a mitigação, mas também para as mudanças climáticas nos territórios de desenvolvimento focalizados neste estudo, indicando que os desafios ambientais são de múltipla escala. Nessa perspectiva, deve-se levar em consideração também soluções visando reduzir ou equacionar os problemas relativos à degradação dos solos, à contaminação da água e ao desmatamento, especialmente de matas ciliares, pois são os fatores que mais dificultam a permanência da população no campo.

No cerne dos problemas a serem enfrentados para reduzir a pobreza no campo estão também os temas relacionados à regularização fundiária, reforma agrária e demarcação de terras para povos e comunidades tradicionais. Os estudos sobre essas questões são praticamente unânimes em indicar a necessidade de políticas de desenvolvimento territorial ancoradas na descentralização da posse da terra e do poder político, assim como na ampliação dos espaços democráticos e empoderamento das comunidades e dos segmentos populacionais residentes no meio rural. No caso dos agricultores familiares, por exemplo, não há possibilidade de permanência na terra sem que haja a regularização que permita acesso a linhas de financiamento da produção. No entanto, a maioria dos estudos sobre regularização fundiária focaliza as áreas urbanas. Com isso, pouca atenção tem sido dada à questão da reforma agrária, embora tenham surgido metodologias visando uma nova proposta de organização territorial dos assentamentos rurais, por meio da utilização de softwares desenhados especificamente com tal finalidade.

Outra vertente de questões que afetam a pobreza no campo reside na disponibilidade e acesso a serviços. Nessa perspectiva, deve-se considerar as especificidades do público-alvo que constitui a população residente no meio rural. De um lado, tem-se uma concentração crescente de população idosa, com 60 anos ou mais, em decorrência da soma de um intenso e acelerado processo de redução da fecundidade e, portanto, de redução da geração de recém-nascidos, com o persistente fluxo migratório de população jovem do meio rural para territórios urbanos. Trata-se de um segmento populacional com demandas particulares no que diz respeito a serviços de saúde, por exemplo, e que ainda sobrevive com deficiências estruturais históricas, como o baixo nível de instrução e, sobretudo, elevado percentual de analfabetismo.

O foco na população idosa remete, paradoxalmente, à necessidade de equacionar o problema da baixa retenção, no campo, do segmento de população jovem, em idade ativa e reprodutiva. Essa preocupação requer a consideração de outra gama de questões específicas, como a geração de trabalho e a oferta de possibilidades de qualificação adequada, além de infraestrutura que se traduza em acesso a bens e serviços similares àqueles presentes no meio urbano. A isso tudo se sobrepõe a questão da sucessão, aliada à posse da terra e perspectivas futuras de sua exploração econômica rentável e sustentável, englobando a compreensão de que as políticas públicas para jovens devem ocorrer pelo/para/no território, que deve ser analisado, compreendido e conhecido para o desenho de programas, projetos e serviços voltados para o público jovem. Em suma, as vantagens percebidas pelos jovens para a vida no campo devem ser levadas em consideração para o desenho de políticas públicas para fixação desse público.

Além da preocupação com os segmentos de população jovem e idosa é necessário também endereçar políticas específicas que permitam a incorporação das chamadas populações invisíveis, basicamente constituídas por pessoas pobres em situação de vulnerabilidade social e ainda não contempladas pelas políticas públicas. Daí a necessidade de ter a assistência social como pilar do Sistema de Proteção Social Brasileiro, no âmbito da Seguridade Social, cujos princípios foram instituídos pela Constituição Federal de 1988 e regulamentados pela Lei Orgânica da Assistência Social. Daí, também, a importância de reforçar o Sistema Único de Assistência Social, por meio da oferta de serviços, programas e benefícios socioassistenciais. Essa demanda é geralmente organizada de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social. Nesse contexto destacam-se alguns programas de proteção social do SUAS, como o Programa de Atenção Integral à Família.

Em suma, o presente estudo buscou realizar um amplo levantamento bibliográfico dos estudos sobre a pobreza no campo, considerando as múltiplas dimensões que abrangem o tema. De modo geral, a literatura sugere que as políticas públicas para combate à pobreza no campo devem ser estruturadas de maneira integrada e, também, devem considerar ações conjuntas envolvendo todos os níveis de governança. A multiplicidade de temas e informações explorados confirmam que as abordagens que contemplam a pobreza apenas sob o ponto de vista da renda ou do consumo são claramente insuficientes para subsidiar políticas públicas efetivas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. Q. de. et al. Modeling of water infiltration in soil cultivated with eucalyptus and pasture. **Revista Caatinga**, Mossoró, v. 27, n. 1, p. 148-153, jan./mar. 2014. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/2371/237130153018.pdf>>. Acesso em: 9 maio 2017.

ALMEIDA, Kleber Rafael de Almeida. ANTUNES, Alzir Fellipe Buffara. BRANDALIZE, Maria Cecília Bonato. Proposta de metodologia para o cadastro territorial para fins de regularização fundiária em áreas de interesse social. **Boletim de Ciências Geodésicas.**, Curitiba, v. 17, n. 4, p. 586-604, out./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bcg/v17n4/a06v17n4.p>>. Acesso em 11 maio 2017.

ANAYA, Felisa; BARBOSA, Rômulo, SAMPAIO, Cristina. Sociedade e biodiversidade na Mata Seca Mineira. **Revista Unimontes Científica**, Montes Claros, v.8, n.1, p. 35-41, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.ruc.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/view/277>> Acesso em: 11 maio 2017.

BARBOSA, Romulo Soares; SANTOS, Fabio Dias dos; Unidades de conservação , conflitos sócio ambientais e o encurralamento das populações locais no norte de Minas. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco. Brasília, DF: Sober, 2008. Disponível em: <<http://ageconsearch.umn.edu/record/109655/files/666.pdf>>. Acesso em: 9 maio 2017.

BOESSIO, Amábile Tolio, DOULA, Sheila Maria. Jovens rurais e influências institucionais para a permanência no campo: um estudo de caso em uma cooperativa agropecuária do Triângulo Mineiro. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 17, n. 3, p. 370-383, jul./set. 2016. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/inter/v17n3/1518-7012-inter-17-03-0370.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2017.

BOJANIC (2015). **Relatório da FAO sobre a situação alimentar no Brasil**. Brasília: ONU

BORGES, Maria Eliza Linhares. Representações do universo rural e luta pela reforma agrária no Leste de Minas Gerais. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 303 326, 2004. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010201882004000100012&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882004000100012&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 26 abr. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Obesidade**. Brasília, DF; 2006.

BURLANDY, Luciene; COSTA, Rosana Salles da. Segurança alimentar e nutricional: concepções e desenhos de investigação. In: KAC, Gilberto; SICHIERI, Rosely; GIGANTE, Denise Petrucci. **Epidemiologia nutricional**. Rio de Janeiro: Fiocruz: Atheneu, 2007.

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Plano nacional de segurança alimentar e nutricional- PLANSAN 2016-2019**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, 2017. Disponível em: <[ww.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca\\_alimentar/caisan/plansan\\_2016\\_19.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/plansan_2016_19.pdf)>. Acesso em: 3 maio 2017.

CANDIDO, Humberto G. et al. Degradação ambiental da bacia hidrográfica do rio Uberaba, uma abordagem metodológica. **Engenharia Agrícola**, Jaboticabal, v.30, n.1, p.179-192, jan./fev. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/eagri/v30n1/a19v30n1>>. Acesso em: 11 maio 2017.

CASTRO, Antônio Maria Gomes, et al. **Juventude rural, agricultura familiar e políticas de acesso à terra no Brasil**. , Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_arquivos\\_64/pageflip-4204229-487363-It\\_Juventude\\_rural\\_agric-2411516.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-4204229-487363-It_Juventude_rural_agric-2411516.pdf)>. Acesso em: 18 abril 2017.

COMITÊ TEMÁTICO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL. **Plano estadual de segurança alimentar e nutricional sustentável**; participação cidadã. Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <<http://agrario.mg.gov.br/wp-content/uploads/2015/10/ctsan-plano-estadual.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2017.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **A segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada no Brasil**: indicadores e monitoramento da Constituição de 1988 aos dias atuais. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/simulacao/layout/teste/documentos/consea.pdf>>. Acesso em: 22 março 2017.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL **Lei de Segurança Alimentar e Nutricional**: conceitos. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Brasília, DF, [200-]. Disponível em: <[http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/hortasubeb/lei\\_seguranca\\_alimentar\\_nutricional.pdf](http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/hortasubeb/lei_seguranca_alimentar_nutricional.pdf)>. Acesso em 29 maio 2017.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional**: textos de referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <<http://www.sisbin.ufop.br/novoportal/wp-content/uploads/2015/03/CONSEA-principios-e-diretrizes-de-uma-politica.pdf>>. Acesso em: 6 abr. 2017.

ESQUERDO, Vanilde F. de Souza; BERGAMASCO, Sonia M. P. P. Balanço sobre a reforma agrária brasileira nas duas últimas décadas. **Interciencia**, Caracas, v. 38, n. 8, p. 563-569, ago., 2013. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=33928557>>. Acesso em: 2 maio 2017.

FATORELLI, Leandra; MERTENS, Frédéric. Integração de políticas e governança ambiental: o caso do licenciamento rural no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, Campinas v. 13, n. 2. p. 401-415, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v13n2/v13n2a12.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

FÁVERO, Claudenir; LOVO, Ivana C.; MENDONÇA, Eduardo de Sá. Recuperação de área degradada com sistema agroflorestal no Vale do Rio Doce, Minas Gerais. **Revista Árvore**, Viçosa, v. 32, n. 5, p. 861-868, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rarv/v32n5/11.pdf>>. Acesso em: 9 maio 2017.

FERNANDES, Luiz Arnaldo et al. Relação entre o conhecimento local, atributos químicos e físicos do solo e uso das terras. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, Viçosa, v. 32, n. 3, p. 1355-1365, June 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-06832008000300043&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-06832008000300043&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 26 abr. 2017.

FERREIRA, Fernanda Machado; FERREIRA NETO, José Ambrósio. O SOTER-PA como alternativa para o ordenamento territorial dos assentamentos rurais de reforma agrária. *Revista Espacio*, Caracas, v. 38, n. 13, 2017.

FERREIRA, Vanessa Alves et al. Desigualdade, pobreza e obesidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, supl.1, p. 1423-1432, 2010. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232010000700053&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232010000700053&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em 18 maio 2017.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Diagnóstico multidimensional da pobreza rural**. Belo Horizonte, maio de 2017.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Perfil da população idosa de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2013.

GERVÁZIO, Wagner; BATISTA, Eliane; CAVALCANTE, Luciano dos Santos. O êxodo da juventude camponesa: campo ou cidade? **Cadernos de Agroecologia**, Recife, v. 9, n. 4, p. 1-8, nov. 2014. Disponível em: < <http://aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/16424/10345>>. Acesso em 6 abr. 2017.

GODOY, Cristiane Maria Tonetto et al. Juventude Rural, Envelhecimento e o Papel da Aposentadoria no Meio Rural: a realidade do município de Santa Rosa/RS. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 48., 2009, Campo Grande. [Brasília, DF: Sober, 2009]. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/714.pdf>>. Acesso em: 2 março 2017.

GOMES, Ana Maria Isar Dos Santos; STEINBERGER, Marília. Democracia participativa na regularização fundiária urbana: o projeto Lomba do Pinheiro, Porto Alegre. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 18, n. 41, p. 292-319, jan./abr. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/v18n41/1517-4522-soc-18-41-00292.pdf>>. Acesso em: 29 março 2017.

HIRAI, Wanda Griep; ANJOS, Flávio Sacco. Estado e segurança alimentar: alcances e limitações das políticas públicas no Brasil. **Revista Texto & Contextos**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 335-353, jul./dez. 2007. Disponível em: <[revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/download/2322/3251](http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/download/2322/3251)>. Acesso em: 29 março 2017.

IBGE (RJ). **Pesquisa de orçamentos familiares 2002-2003**: análise da disponibilidade domiciliar de alimentos e do estado nutricional no Brasil. Rio de Janeiro: 2004. Disponível em: <<http://www.abeso.org.br/uploads/downloads/70/553a2408c2702.pdf>>. Acesso em: 6 março 2017.

LANG, Regina Maria Ferreira; ALMEIDA, Cláudia Choma Bettega; TADDEI, José Augusto de Aguiar Carrazedo. Segurança alimentar e nutricional de crianças menores de dois anos de famílias de trabalhadores rurais Sem Terra. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 7, July 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232011000800011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000800011)>. Acesso em: 4 abr. 2017.

LEITE, Ana Carolina Gonçalves. **A modernização do Vale do Jequitinhonha mineiro e o processo de formação do trabalhador "bóia-fria" em suas condições regionais de mobilização do trabalho**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.



Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-26102010-145338/pt-br.php>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

MALUF, Renato Sérgio Jamil. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MARENCO, Jose A. Vulnerabilidade, impactos e adaptação à mudança do clima no semi-árido do Brasil. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, DF, v. 13, n. 27, p. 149-176, dez. 2008. Disponível em: <[http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias\\_estrategicas/article/viewFile/329/323](http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/329/323)>. Acesso em: 9 maio 2017.

MATOS, Patrícia Francisca. PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro ano 13, v. 2, n. 22, p. 290-322, 2. sem. 2011. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj>>. Acesso em: 3 maio 2017.

MAYA Takagi. Construindo a política de segurança alimentar e nutricional no Brasil parte-6. In: **CIÊNCIA do Leite**. 2014. Disponível em: <[http://cienciadoleite.com.br/noticia/3302/post\\_atualizado\\_em\\_2014\\_](http://cienciadoleite.com.br/noticia/3302/post_atualizado_em_2014_)>. Acesso em: 23 maio 2017

MIRANDA, Carlos. TIBURCIO, Breno (Org.). **Pobreza rural: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas**. Brasília, DF,; IICA, 2011 .(Série Desenvolvimento Rural Sustentável. Edição Especial). Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/S%C3%A9rieEspecial.pdf>>. Acesso em: 24 março 2017.

MIRANDA, Lucília Souza; MARQUES, Antonio Carlos. Hidden impacts of the Samarco mining waste dam collapse to Brazilian marine fauna - an example from the staurozoans (Cnidaria). **Biota Neotropica**, Campinas, v. 16, n. 2, 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1676-032016000200401&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-032016000200401&lang=pt)>. Acesso em: 9 maio 2017.

NOVAES, Antonio Pereira de et al. Utilização de uma fossa séptica biodigestora para melhoria do saneamento rural e desenvolvimento da agricultura orgânica. **Comunicado Técnico**, São Carlos, n. 46, p. 1-5, 2002. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/28989/utilizacao-de-uma-fossa-septica-biodigestora-para-melhoria-do-saneamento-rural-e-desenvolvimento-da-agricultura-organica>>. Acesso em: 27 maio 2017.

OBSERVATÓRIO LITORAL SUSTENTÁVEL **Sistemas municipais de segurança alimentar e nutricional**: estágio de implantação nos municípios da Baixada Santista. [São Paulo, 200-] Disponível em: file:///C:/Users/muril/Documents/Pobreza%20Rural/Sistemas\_municipais\_Seg\_alimentar.pdf Acesso em: 23 maio 2017.

OLIVEIRA, Luciano Benini; RABELLO, Diógenes; FELICIANO, Carlos Alberto. Permanecer ou sair do campo? Um dilema da juventude camponesa. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 15, n. 1, p. 136- 150, jul. 2014. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/3032/2626>>. Acesso em: 29 março 2017.

O QUE é a regularização fundiária de unidades de conservação. **(O) ECO**, 22 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28882-o-que-e-regularizacao-fundiaria/>>. Acesso em: 29 maio 2017.

PESSANHA, Lavínia Davis Rangel. **Segurança alimentar como um princípio orientador de políticas públicas: implicações e conexões para o caso brasileiro.** 1998. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Área de Concentração em Políticas, Desenvolvimento e Agricultura) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

PELLIN, Angela et al. Avaliação ambiental estratégica no Brasil: considerações a respeito do papel das agências multilaterais de desenvolvimento. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, Rio de Janeiro, v. 16, n.1, p. 27-36, jan./mar 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/esa/v16n1/a06v16n1>> Acesso em: 9 maio 2017.

RAMOS, L.; VIEIRA, M. L. Determinantes da desigualdade de rendimentos no Brasil nos Anos 90: discriminação, segmentação e heterogeneidade dos trabalhadores. In: HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil.** p. 159-176 Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

REBOUÇAS, Aldo da C. Água e desenvolvimento rural. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 327-344, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a24.pdf>> Acesso em: 10 maio 2017.

REBOUÇAS, Aldo da C. Água no Brasil: abundância, desperdício e escassez. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 13, n. especial, p. 341-345, 2003. Disponível em: <[http://labs.icb.ufmg.br/benthos/index\\_arquivos/pdfs\\_pagina/Minicurso/pag\\_341.pdf](http://labs.icb.ufmg.br/benthos/index_arquivos/pdfs_pagina/Minicurso/pag_341.pdf)>. Acesso em: 11 maio 2017.

REIS, Paulo Ricardo da C.; SILVEIRA, Suely de F. R.; RODRIGUES, Pedro Eni L. Impactos da política nacional de irrigação sobre o desenvolvimento socioeconômico da região Norte de Minas Gerais: uma avaliação do Projeto Gorutuba. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, jul./ago. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122012000400010&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122012000400010&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 9 maio 2017.

RESENDE, L. F. de L. **Comunidade solidária: uma alternativa aos fundos sociais.**, Brasília, DF: IPEA, 2000. (Texto para Discussão, n. 725) Disponível em: <[http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0725.pdf](http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0725.pdf)>. Acesso em: 10 março 2017.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Práticas, preceitos e problemas associados à escassez da água no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. **Research Gate**. Oct. 2015. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/Eduardo\\_Ribeiro3/publication/266036950\\_PRATICAS\\_PRECEITOS\\_E\\_PROBLEMAS\\_ASSOCIADOS\\_A\\_ESCASSEZ\\_DA\\_AGUA\\_NO\\_VALE\\_DO\\_JEQUITINHONHA\\_MINAS\\_GERAIS/links/562e1bb608aef25a24439819.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Eduardo_Ribeiro3/publication/266036950_PRATICAS_PRECEITOS_E_PROBLEMAS_ASSOCIADOS_A_ESCASSEZ_DA_AGUA_NO_VALE_DO_JEQUITINHONHA_MINAS_GERAIS/links/562e1bb608aef25a24439819.pdf)> Acesso em: 8 maio 2017.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães; GALIZONI, Flávia Maria. Água, população rural e políticas de gestão: o caso do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 5, n. 2, 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-753X2003000200008&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2003000200008&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 9 maio 2017.

RIBEIRO, Marilene Cardoso; FIGUEIRA, José Eugênio C. Uma abordagem histórica do fogo no Parque Nacional da Serra do Cipó, Minas Gerais – Brasil. **Biodiversidade Brasileira**, Brasília, DF ano 1, n. 2, p. 222-227, 2011. Disponível em: <[http://www.icmbio.gov.br/revista\\_eletronica/index.php/BioBR/article/view/96/104](http://www.icmbio.gov.br/revista_eletronica/index.php/BioBR/article/view/96/104)> Acesso em: 10 maio 2017.

ROCHA, Élida Mara Braga; LIMA, Roberto Teixeira E.; SZARFARC, Sophia Cornbluth. Relação de insegurança alimentar com condições de saúde materno-infantil. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 330-336, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/1663/9600>>. Acesso em: 3 março 2017.

ROCHA, S. **Opções metodológicas para a estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2000a. (Texto para Discussão, n. 720).

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil** - o que há de novo no limiar do século XXI? [S.l.: s. n.], 2000b

SILVA, Cláudia de Lima e et. al. Evaluation of sediment contamination by trace elements and the zooplankton community analysis in area affected by gold exploration in Southeast (SE) of the Iron Quadrangle, Alto Rio Doce, (MG) Brazil. **Acta Limnologica Brasiliensia.**, Rio Claro v. 25, n. 2, Apr./June 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pidhttp://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2179-975X2013000200006&lng=en&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pidhttp://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2179-975X2013000200006&lng=en&tlng=en)>. Acesso em 28 março 2017.

SILVA, Djane F. da; GALVÍNCIO, Josicleida D.; ALMEIDA, Henrique R. R. de C. Variabilidade da qualidade de água na bacia hidrográfica do Rio São Francisco e atividades antrópicas relacionadas. **Qualit@s Revista Eletrônica**, Campina Grande, v. 9, n. 3, p. 1-17. 2010. Disponível em: <<http://revista.uepb.edu.br/revista/index.php/qualitas/article/viewFile/687/496>>. Acesso em: 12 maio 2017.

SILVA, Jessica Santos da; RANIERI, Victor Eduardo Lima. O mecanismo de compensação de reserva legal e suas implicações econômicas e ambientais. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 115-132, jan./mar. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v17n1/v17n1a08.pdf>>. Acesso em: 15 março 2017.

SILVA, Mayesse A. da et al. Sistemas de manejo em plantios florestais de eucalipto e pedras de solo e água na região do Vale do Rio Doce, MG. **Ciência Florestal**, Santa Maria, v. 21, n. 4, p. 765-776, 2011. Disponível em: <<http://www.bioline.org.br/abstract?id=cf11074&lang=pt>>. Acesso em: 9 maio 2017.

SILVA, Mayesse A. da et al. Water erosion risk prediction in eucalyptus plantations. **Ciência e Agrotecnologia Lavras**, v. 38, n. 2, p.160-172, mar./abr. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cagro/v38n2/a07v38n2.pdf>> Acesso em: 10 maio 2017.

SILVA, Vanessa Cecília B.; MACHADO, Patrícia de Sá. **Sig na Análise Ambiental: susceptibilidade erosiva da bacia hidrográfica do Córrego Mutuca, Nova Lima, Minas Gerais**. Revista de Geografia. Recife, v. 31, n. 2, p. 66-87, 2014. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistageografia/index.php/revista/article/viewArticle/783>>. Acesso em: 14 maio 2017.

SOUZA, Priscila Bezerra de et al. Distribution of tree species in a geomorphological and pedological gradient of submontane semidecidual seasonal forest in the vicinity of Rio Doce state park, Minas Gerais. **Revista Árvore**, Viçosa, v. 36, n.4, July/Aug. 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-67622012000400012&lng=en&tlng=em](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-67622012000400012&lng=en&tlng=em). Acesso em: 9 maio 2017.

SPAROVEK, Gerd (Coord.) et. al. **Análise territorial da produção nos assentamentos**. Brasília, DF: [Ministério do Desenvolvimento Agrário: NEAD], 2005. (NEAD Debate; 4). Disponível em: [http://colecciona.mma.gov.br/wp-content/uploads/2013/05/Analise\\_territorial\\_GERD-NEAD.pdf](http://colecciona.mma.gov.br/wp-content/uploads/2013/05/Analise_territorial_GERD-NEAD.pdf). Acesso em: 13 março 2017.

TIBA, Chigueru; REIS, Ruibran Januário dos; SILVEIRA SOARES, Melina Amoni. Estudo de localização de centrais termoeletricas solares de grande porte no estado de Minas Gerais. **Revista Espinhaço**, Diamantina, p. 49-62, mar. 2017. Disponível em: <http://www.revistaespinhaco.com/index.php/journal/article/view/62> Acesso em: 29 maio 2017.

TUCCI, Carlos E. M., HESPANHOL, Ivanildo, NETTO, Oscar de M. C. Cenários da água no Brasil: uma contribuição para a “visão mundial da água” **Revista Brasileira de Recursos Hídricos**, v. 5, n. 3, p. 31-43, jul./set 2000. Disponível em: <http://rhama.com.br/blog/wp-content/uploads/2017/01/cenarios-da-gestao-da-agua-no-brasil-1.pdf>. Acesso em: 8 maio 2017.

VANTROBA, Erléia Aparecida. **Necessidades e perspectivas para a permanência do jovem do campo no seu ambiente**. Irati, 2009 .Artigo apresentado ao Programa de Desenvolvimento Educacional. . Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2447-8.pdf>. Acesso em: 28 março 2017.